



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
22 e 23/06/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Inscrições para a IV Mostra Sesc de Cinema terminam em 30 de junho – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 21/06/2021
3. Empresários discutem calendário de eventos em Pipa e Caicó no segundo semestre – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
4. Em decreto, Governo do RN reforça proibição a festas juninas e fogueiras – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
5. Natal disponibiliza 2.100 doses de vacina contra Covid nesta quarta-feira (23) – G1RN– Rio Grande do Norte – 22/06/2021
6. Câmara Municipal aprova projeto que regulamenta a 'xepa' da vacina contra a Covid em Natal – G1RN– Rio Grande do Norte – 22/06/2021
7. Deputados definem membros para compor CPI da Covid no RN e futuro de Fátima em 2022 começa a ser traçado – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
8. Arrecadação do RN dispara, atinge 27% e é a segunda maior do Brasil – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
9. Arrecadação do RN dispara, atinge 27% e é a segunda maior do Brasil – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 22/06/2021
10. MPF vê indício de crime em aquisição de vacina indiana - ESTADÃO - 23/06/2021
11. Na CPI, Terra distorce dados da pandemia - ESTADÃO - 23/06/2021
12. Com lobby da indústria, Câmara avalia retomar barreira a produtos importados - ESTADÃO - 23/06/2021
13. Governo é contra fixar índice para corrigir aluguéis - ESTADÃO - 23/06/2021
14. Dólar fecha em R\$ 4,96, menor valor em um ano - ESTADÃO - 23/06/2021

15. Estouro: startups unicórnios têm alta recorde em 2021 - ESTADÃO - 23/06/2021
16. Procuradoria vê indícios de crime e risco temerário em compra da Covaxin - FOLHA - 23/06/2021
17. Na CPI, Osmar Terra admite erro em projeção da pandemia - FOLHA - 23/06/2021
18. Oposição marca novo ato contra Bolsonaro para o dia 24 de julho - FOLHA - 23/06/2021
19. Reforma abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos - FOLHA - 23/06/2021
20. Governo fará racionamento de energia para evitar apagão, afirma Lira - FOLHA - 23/06/2021
21. Dólar fecha abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em um ano - FOLHA - 23/06/2021
22. Vacina da Janssen chega ao Brasil com proteção de até 88% para casos graves - FOLHA - 23/06/2021
23. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Após intervalo de pouco mais de um ano, o dólar voltou a fechar ontem abaixo dos R\$ 5 no mercado brasileiro. A moeda americana à vista encerrou o dia com queda de 1,13% cotada aos R\$ 4,966. Esse é o menor patamar desde 10 de junho do ano passado, quando valia R\$ 4,935. Enquanto isso, em Brasília, uma articulação da Câmara tenta aprovar a possibilidade de recriação de barreiras comerciais para a entrada de produtos estrangeiros no país. A iniciativa contraria posição do Ministério da Economia, que conseguiu acabar com a prática em janeiro e editou uma medida provisória para que o chamado "preço de referência" fosse proibido. É essa MP que o Congresso quer usar para impor novamente esse modelo, que vigorou no País por mais de 70 anos e é considerado ilegal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

E o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Brasil terá que passar por um "período educativo" de racionamento de energia para evitar uma "crise maior". De acordo com o deputado, o diagnóstico foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em uma reunião na semana passada. No Planalto, discute-se uma reforma que abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos, abrindo espaço para um verdadeiro "trem da alegria". A reforma administrativa do governo afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham estes postos livres para nomeação, pelo menos 207 mil a mais do que hoje. O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

Na Justiça, o Ministério Público Federal desmembrou e transferiu a investigação sobre a compra da vacina indiana Covaxin ao identificar indícios de crime no contrato entre o Ministério da Saúde do governo federal e a Precisa Medicamentos. Antes, a apuração ocorria no curso de um inquérito civil público aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal. O inquérito se destina a averiguar a prática de improbidade administrativa. Na CPI da Covid, o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) admitiu em depoimento nesta terça-feira (22/06) que errou nas projeções sobre mortes e duração da pandemia do coronavírus e apresentou uma visão sobre a tese de imunidade de rebanho que contraria suas falas anteriores - sendo por isso confrontado pelos senadores. O deputado é um dos integrantes do chamado gabinete paralelo do presidente Jair Bolsonaro.

O Brasil recebeu nesta terça-feira (22/06) as primeiras doses da vacina da Janssen, após obter aval para a liberação de 3 milhões de doses pelo governo dos EUA. O primeiro lote entregue equivale a 1,5 milhão de doses - a vacina funciona em dose única. Nas últimas 24 horas (de 22 à 23 de junho de 2021), o país vacinou 15,2% da população com a segunda dose e 40,8% com a primeira dose.

Inscrições para a IV Mostra Sesc de Cinema terminam em 30 de junho – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 21/06/2021

Link	https://www.blogdajuliska.com.br/inscricoes-para-a-iv-mostra-sesc-de-cinema-terminam-em-30-de-junho
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Inscrições para a IV Mostra Sesc de Cinema terminam em 30 de junho

As inscrições para a IV Mostra Sesc de Cinema, um dos principais canais de incentivo à produção audiovisual nacional, encerram em 30 de junho. Há alguns dias do término para a participação, mais de 800 obras de cineastas independentes de todas as regiões do Brasil já foram inscritas. Este ano, a Mostra ocorrerá em ambiente digital e o processo de inscrição é gratuito e on-line pelo site do concurso - <https://www.sesc.com.br/portal/site/mostradecinema>.

A Mostra está aberta a filmes de longa, média e curta metragens com premiações de R\$ 5.000, R\$ 3.500 e R\$ 2.500, respectivamente. Para concorrer, as obras devem ter sido finalizadas a partir de 1º de janeiro de 2019 e a lista com as produções selecionadas será divulgada até o dia 30 de setembro. Uma das novidades deste ano é a seleção de um filme de cada um dos 23 estados participantes e do Distrito Federal.

“A Mostra Sesc de Cinema já figura como uma das principais ações de incentivo e promoção do audiovisual brasileiro. Com a escolha de um filme de cada estado participante, ampliamos a diversidade e a representatividade do concurso”, avalia o gerente de Cultura do Departamento Nacional do Sesc, Marcos Rego.

Para a mostra nacional on-line em novembro, serão escolhidos 24 filmes que serão exibidos no ‘Panorama Brasil’ e haverá uma curadoria especial para eleger outras sete produções para infância e juventude, totalizando 31 obras. Além disso, a programação do evento contará com ações formativas, que também serão realizadas em ambiente digital.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/empresa-rios-discutem-calenda-rio-de-eventos-em-pipa-e-caica-no-segundo-semester/513593
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Empresários discutem calendário de eventos em Pipa e Caicó no segundo semestre

Um calendário de eventos esportivos foi apresentado ao prefeito de Caicó, doutor Tadeu, durante reunião com o empresário Erivaldo da Costa Vale, conhecido como “Erivaldo Caicó”, que é membro do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN). Na semana passada, o conteúdo foi mostrado ao prefeito de Tibau do Sul, Valdenício Costa.

Créditos: Divulgação



Durante o encontro, ele apresentou a programação prevista para ser aberta neste segundo semestre com atividades como beach tênis, vôlei, futevôlei, beach soccer entre outras que estão na grade de eventos do projeto.

À frente da SuperAção Eventos e Turismo, o empresário tratou com o prefeito também a respeito da flexibilização no decreto municipal – em alinhamento ao decreto estadual – para que se permita a realização de eventos esportivos de pequeno porte, mas que agreguem valor ao setor produtivo do Destino Caicó e região do Seridó.

Ele conversou também a respeito da ligação entre Caicó e a região do Seridó com a Praia da Pipa, no litoral Sul do RN. “São destinos turísticos com grandes potenciais em nosso estado com possibilidade de realizar eventos no litoral e interior de grande qualidade”, declarou.

Além disso, serão realizadas ações como forma de unir Caicó e Pipa. “No próximo mês (julho) sairá uma mini expedição de carros 4x4 de Caicó para Pipa, onde acontecerá de 22 a 25 de julho a 7ª edição do Festival Off Road Praia da Pipa”, informou o diretor da SuperAção Eventos e Turismo.

Outras atividades estão programadas para o início do segundo semestre em formatos de circuitos. “Modalidades como triathlon, ciclismo, trail run e mountain bike também devem aquecer a economia do município na retomada do turismo”, comentou.

Na reunião, o prefeito de Caicó falou da importância da retomada e incremento para o setor produtivo. “A prefeitura de Caicó estará em alerta com todas as secretarias trabalhando em conjunto para fiscalizar e proporcionar a segurança para toda a população e para os turistas”, afirmou.

Participaram da reunião o coordenador de esportes do município Reginaldo Luiz, o ultramaratonista e turismólogo Diego Borges e o assessor esportivo do município Andrey Valério.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-novo-decreto-governo-do-rn-refora-a-proibia-a-o-a-festas-juninas-e-fogueiras/513655
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Em novo decreto, Governo do RN reforça proibição a festas juninas e fogueiras

Na semana do São João, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte reforça a proibição de festas populares, bem como a realização de fogueiras, como forma de controle do coronavírus e prevenção às doenças respiratórias e acidentes que possam aumentar a demanda nas unidades de saúde. O novo decreto, que estabelece as medidas sanitárias de combate à pandemia, será publicado na edição desta quarta-feira (23), no Diário Oficial, visto que o atual é válido até amanhã.

O documento, que modifica o decreto n.º 30.562/2021, prorroga a vigência das medidas restritivas até o dia 07 de julho. “Faço um apelo para que tenham muito cuidado com o calendário junino. A festa de São João faz parte de nossa história e quero fazer um alerta para que não venhamos a passar pelo que passamos este ano, após o carnaval e o veraneio”, disse a governadora Fátima Bezerra.

Na noite desta terça-feira (22), a chefe do Executivo estadual presidiu a reunião realizada, de forma virtual, com prefeitos de diversas cidades do estado, entre os quais o presidente da Federação dos Municípios do RN (Femurn), prefeito Babá Pereira (São Tomé), e o presidente da Associação dos Municípios do Oeste Potiguar (Amop), Rivelino Câmara, prefeito de Patu, que recentemente solicitou ao Governo a adoção de medidas regionalizadas no Alto Oeste. Também estavam presentes o vice-governador Antenor Roberto, os secretários Raimundo Alves (Gabinete Civil) e Fernando Mineiro (Gestão de Metas e Projetos), a Subsecretária de Planejamento e Gestão, da Saúde, Lyane Ramalho, e a coordenadora de Vigilância em Saúde, Kelly Lima.

Apesar da ênfase quanto à proibição de eventos de massa e de fogueiras, o Governo do RN adota a flexibilização gradual de algumas atividades da economia, graças aos indicadores epidemiológicos registrados no Rio Grande do Norte, e divulgados esta semana pela Secretaria de Estado da Saúde Pública. “Melhoramos o quadro da pandemia no estado porque estamos acelerando o processo de imunização. Realizamos Dias D e mutirões para as grávidas e puérperas, os agentes da segurança, e vamos avançar na imunização dos trabalhadores da Educação. A vacina é o caminho mais seguro para avançarmos no combate à pandemia”, disse a governadora.

Após a exposição dos dados epidemiológicos, a subsecretária Lyane Ramalho declarou que mesmo com queda na incidência de novos casos e diminuição na taxa de internações na maioria das regiões do estado, os cuidados com a vigilância sanitária devem continuar. “Há 20 dias, a taxa de ocupação de leitos críticos era de praticamente 100%, hoje podemos dizer que estamos em uma situação de conforto em termos de leitos. A fila praticamente zerou”, disse. No entanto, ela chamou a atenção para a 8ª Região, do Vale do Açu, em que os indicadores negativos estão um pouco acima da média.

Está prevista, no novo decreto, a redução do horário do toque de recolher, que passa a ser das 23h às 05h, todos os dias da semana; e o calendário de retomada de setores econômicos, que será efetivado em cinco fases, considerando a classificação do indicador composto de cada município e mediante prévia autorização. A flexibilização das novas regras fica condicionada, portanto, ao comportamento epidemiológico verificado nas regiões e nos municípios. “O decreto não libera festa. Não podemos sofrer um revés como foi o do carnaval”, enfatizou Raimundo Alves.

A governadora e equipe de governo destacaram o papel importante dos gestores municipais para a diminuição de casos de covid-19 no estado, bem como a retração da ocupação dos leitos. Especialmente no Alto Oeste e no Vale do Açu, regiões que tiveram decretos mais rígidos devido aos altos índices da pandemia registrados há algumas semanas.

“Estaremos mobilizando as forças de segurança para continuarmos auxiliando as prefeituras no cumprimento das medidas de controle do coronavírus”, reforçou Fernando Mineiro, secretário de Gestão de Metas e Projetos, e coordenador do Pacto pela Vida. Estavam presentes à reunião o secretário-adjunto da Segurança Pública e Defesa Social, delegado Osmir Monte, e o comandante do policiamento do interior, coronel PM Castelo Branco.

Os prefeitos Babá Pereira (São Tomé), Rivelino Câmara (Patu), Gustavo Soares (Assu), Reno Marinho (São Rafael) e Luciano Santos (Lagoa Nova) teceram suas considerações e reforçaram a necessidade de cooperação mútua entre si, e com o Governo do Estado.

EVENTOS CORPORATIVOS

I – Fase 01: a partir de 25 de junho de 2021, observada a ocupação máxima de 20% (vinte por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 150 (cento e cinquenta) pessoas;

II – Fase 02: a partir de 09 de julho 2021, observada a ocupação máxima de 40% (quarenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 300 (trezentas) pessoas;

III – Fase 03: a partir de 23 de julho de 2021, observada a ocupação máxima de 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas;

IV – Fase 04: a partir de 06 de agosto de 2021, observada a ocupação máxima de 80% (oitenta por cento) da capacidade do local, limitada à frequência máxima simultânea de 600 (seiscentas) pessoas;

V – Fase 05: a partir de 20 de agosto, permitida a ocupação de 100% da capacidade do local.

EVENTOS SOCIAIS

A primeira fase dos eventos sociais só começa em 24 de julho – também limitado a 20% e 150 pessoas.

Natal disponibiliza 2.100 doses de vacina contra Covid nesta quarta-feira (23) – G1RN– Rio

Grande do Norte – 2206/2021

Link

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/06/22/natal-disponibiliza-2100-doses-de-vacina-contr-covid-nesta-quarta-feira-23.ghtml>

Natal disponibiliza 2.100 doses de vacina contra Covid nesta quarta-feira (23)

Prefeitura detalha distribuição das doses entre as 35 UBS, drives e pontos que atendem profissionais da Educação.



Segunda dose de Oxford está disponível apenas no drive da OAB — Foto: Kleber Teixeira/Inter TV Cabugi

A Secretaria de Saúde de Natal vai disponibilizar o estoque de 2.100 doses de vacina contra Covid nesta quarta-feira (23). O público-alvo na capital potiguar permanece em 47 anos e mais sem doenças pré-existentes, pessoas com 18 anos e mais com comorbidades, 37 anos e mais para os trabalhadores da indústria e profissionais da Educação pública e privada do Ensino Fundamental I e II.

A prefeitura informou que, "para uma melhor equidade", cada uma das 35 Unidades Básicas de Saúde receberá 20 doses; cada um dos seis drives oferecerá 200 doses; e cada ponto extra exclusivo para a Educação terá 200 doses.

A SMS também destaca que as pessoas que estão com seu cartão com a data aprazada para receber a segunda dose da vacina de Oxford devem se dirigir exclusivamente ao drive da OAB.

- **Câmara Municipal aprova projeto que regulamenta a 'xepa' da vacina contra a Covid em Natal**

Todas as pessoas dos públicos já contemplados que por algum motivo não receberam o imunizante também podem procurar um dos pontos de vacinação nesta quarta-feira.

A SMS comunicou ainda que aguarda o envio de novas doses para avançar a imunização nos públicos prioritários e na faixa etária das pessoas sem comorbidades.

Pontos de drive-thru

Das 8h às 16h

- UnP Roberto Freire
- Ginásio Nélio Dias
- OAB-RN
- Sesi
- Shopping Via Direta
- Palácio dos Esportes

Link	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/06/22/camara-municipal-aprova-projeto-que-regulamenta-a-xepa-da-vacina-contr-a-covid-em-natal.ghtml
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Câmara Municipal aprova projeto que regulamenta a 'xepa' da vacina contra a Covid em Natal

Vereadora Divaneide Basílio (PT) explica que regulamentação sobre uso das sobras das vacinas acaba com vácuo para casos de pessoas que querem furar a fila.

A Câmara Municipal de Natal aprovou na tarde desta terça-feira (22) o projeto de lei que regulamenta as sobras das vacinas na capital potiguar. A proposição para a utilização da chamada "Xepa da Vacina" foi feita pela vereadora Divaneide Basílio (PT), sendo aprovada em caráter de urgência pelos demais parlamentares.

O projeto aprovado por unanimidade estendeu à qualquer pessoa maior de 18 anos que esteja em torno do ponto de vacinação a possibilidade de ser imunizado com as outras doses do frasco aberto. Segundo Divaneide, essa iniciativa já é uma realidade em outras capitais como Recife, São Paulo e Belo Horizonte.

Ela conta que "não pode haver espaço para os desperdício de vacina, principalmente num momento onde o contingente delas é tão pequeno".

"É a falta dessa regulamentação que abre margem para que existam casos de pessoas querendo furar a fila com essas sobras. Com essa legislação a gente acaba com esse vácuo", explica a vereadora.

Deputados definem membros para compor CPI da Covid no RN e futuro de Fátima em 2022

começa a ser traçado – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 22/06/2021

Link

<https://agorarn.com.br/ultimas/deputados-definem-membros-para-compor-cpi-da-covid-no-rn-e-futuro-de-fatima-comeca-a-ser-tracado/>

Deputados definem membros para compor CPI da Covid no RN e futuro de Fátima em 2022 começa a ser traçado

Caso sejam compostos mais de cinco blocos partidários e, conseqüentemente, sejam indicados mais do que o limite de integrantes da CPI, as vagas serão sorteadas



CPI é composta por cinco deputados - Foto: Reprodução

A reunião da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa deliberou o encaminhamento dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar os gastos do Governo do Estado durante a pandemia da Covid-19. A Comissão será composta por 5 membros. Outro ponto em questão é a indicação dos nomes por parte dos blocos partidários que deverá ser feita até esta quarta-feira 23.

Caso sejam compostos mais de cinco blocos partidários e, conseqüentemente, sejam indicados mais do que o limite de integrantes da CPI, as vagas serão sorteadas. Feito isto, a instalação da CPI será efetivada pelo presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira de Souza, agendando a sua primeira sessão, quando serão escolhidos o presidente e o relator do colegiado.

Como de praxe, as vagas de presidente e relator da CPI devem ser ocupadas por um representante da oposição e outro da situação – como prevê o regimento interno. O próximo passo – após a definição dos membros e quantitativo – será o início das atividades da CPI da Covid.

Dependendo do que for apurado na investigação, o futuro da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), pode ser impactado. A petista tem sido apontada como favorita ao Governo do Estado nas eleições gerais de 2022, segundo pesquisas eleitorais. A reeleição, dada quase como certa, até mesmo por adversários políticos, terá a CPI com um dos principais desafios – principalmente, na preservação da imagem da gestora.

Arrecadação do RN dispara, atinge 27% e é a segunda maior do Brasil – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 22/06/2021

Link

<https://agorarn.com.br/ultimas/arrecadacao-do-rn-dispara-atinge-27-e-e-a-segunda-maior-do-brasil/>

Arrecadação do RN dispara, atinge 27% e é a segunda maior do Brasil

No Rio Grande do Norte, a alta na arrecadação foi de 27% e os gastos cresceram 21%

Em 26 unidades da Federação foi registrada alta na arrecadação no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2020, segundo dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nos Estados e Distrito Federal, divulgado há pouco pelo Tesouro Nacional.

De acordo com o relatório, as maiores altas na arrecadação foram registradas em Roraima, Rio Grande do Norte e Piauí. Em Roraima, as receitas cresceram 31% no período, enquanto as despesas, por sua vez, avançaram 12%. No Rio Grande do Norte, a alta na arrecadação foi de 27% e os gastos cresceram 21%. Já no Piauí, as receitas subiram 25% e as despesas, 12%. Apenas no Espírito Santo não houve avanço, sendo que as receitas permaneceram estáveis.

Por outro lado, apenas quatro Estados registraram queda nos gastos em relação ao mesmo período de 2020. O principal deles é o Espírito Santo, onde as despesas caíram 10% (enquanto as receitas ficaram estáveis). Há também São Paulo (-6%), Rio Grande do Sul (-3%) e Alagoas (-1%). No Tocantins e no Paraná, os gastos ficaram estáveis.

Segundo o documento, a mediana do resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas, ficou em 20% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados no primeiro quadrimestre de 2021. Em igual período do ano passado, a mediana havia sido de 14% da RCL.

O relatório considera receitas correntes realizadas e despesas correntes liquidadas de janeiro a abril de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Os dados foram extraídos do sistema Siconfi, do Tesouro Nacional, em 1º de junho.

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/pandemia-perde-o-freio-no-brasil-e-taxa-de-transmissao-da-covid-19-sobe-para-o-maior-indice-desde-marco/
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pandemia perde o freio e taxa de transmissão da Covid-19 no Brasil sobe para o maior índice desde março

No levantamento anterior, taxa já estava em alta, a 1,07; universidade britânica também projeta aumento nas mortes pela doença no país

A taxa de transmissão (Rt) da Covid-19 no Brasil segue em alta, subindo para 1,13, segundo levantamento do Imperial College de Londres, atualizado nesta terça-feira. É o maior índice desde março, quando um táxon chegou a 1,23, a mais alta registrada neste ano. Já o Rt mais baixo em 2021 foi de 0,91, identificado no levantamento da penúltima semana de maio .

Quando um táxon de contágio está acima de 1, indica que um Covid-19 avança sem controle no país. O Rt brasileiro estava em 1,07 no relatório divulgado na semana passada, e em 0,99 no anterior .

O índice atual estimado pela universidade britânica significa que cada 100 pessoas contaminadas transmitem a doença para outras 113. Dentro da margem de erro calculada pela universidade britânica, a taxa de transmissão pode variar de 1,0 a 1,16.

O Imperial College também projeta que o Brasil deve registrar 16.300 óbitos pela doença nesta semana, um aumento em relação à anterior, quando foram contabilizadas 14.264 mortes provocadas pelo coronavírus.

A taxa de transmissão é uma das principais referências para a evolução epidêmica do Sars-CoV-2 no país. No entanto, especialistas costumam ponderar que é preciso acompanhá-la por um período prolongado de tempo para avaliar cenários e tendências, levando em conta o atraso nas notificações e o período de incubação do coronavírus, que chega a 14 dias.

Por ser uma média nacional, a taxom also also not indique that a disease have been going or retrocedendo of the same form nas diversas cities. Além disso, a universidade britânica pondera que a precisão das projeções varia de acordo com a qualidade da vigilância e dos relatórios de cada país.

Investigação. Procuradoria aponta 'interesses divorciados do interesse público' em processo de compra da Covaxin pelo governo Bolsonaro; parte do inquérito civil foi enviada à área criminal

MPF vê indício de crime em aquisição de vacina indiana

Julia Affonso / BRASÍLIA

O Ministério Público Federal (MPF) viu indícios de crime e "interesses divorciados do interesse público" na contratação da vacina indiana Covaxin pelo governo de Jair Bolsonaro. O preço fechado para a compra do imunizante, de US\$ 15 por dose, foi 1.000% mais alto do que o estimado pela própria fabricante, seis meses antes, como mostrou o Estadão. A procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira, do Distrito Federal, decidiu enviar parte de uma investigação envolvendo a compra da Covaxin para a área criminal do MPF.

O contrato de compra de 20 milhões de doses da Covaxin por R\$ 1,6 bilhão já era alvo de um inquérito civil. Com suspeitas de que pode ter ocorrido crime, a procuradora solicitou que o caso seja remetido ao 11.º Ofi-



ADMAN ABEDI / REUTERS

Contrato. Acordo com o governo previa compra 20 milhões doses a um custo de R\$ 1,6 bi

cio de Combate ao Crime e à Improbidade Administrativa.

A negociação também entrou na mira da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. “Nesta semana, nós teremos um olhar especial para a negociação da Covaxin, que parece absurda sobre qualquer aspecto”, disse o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Foi o próprio presidente Jair Bolsonaro que deu a ordem para a aquisição da vacina. Em agosto de 2020, um telegrama sigiloso da embaixada brasileira em Nova Délhi informava que o imunizante produzido pela Bharat Biotech tinha o preço estimado em 100 rúpias (US\$ 1,34 a dose). Quatro meses depois, em dezembro, outro comunicado diplomático dizia que o produto fabricado na Índia “custaria menos do que uma garrafa de água”.

Em fevereiro deste ano, o Ministério da Saúde firmou contrato com preço de US\$ 15 por unidade (R\$ 80,70, na cotação da época), a mais cara das seis vacinas compradas até agora. A pasta ainda não fez o desembolso porque o governo espera a liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A compra, porém, já está acertada e foi intermediada pela Precisa Medicamentos. A negociação durou cerca de três meses, um prazo bem mais curto que o de outros acordos. No caso da Pfizer, foram quase 11 meses, período no qual o preço oferecido não se alterou (US\$ 10 por dose).

A Precisa é alvo da CPI da Covid, que quebrou os sigilos telefônico, bancário e fiscal de um de seus sócios, Francisco Emerson Maximiano (*mais informações na pág. A8*). O empresário foi convocado a prestar depoimento na comissão. A audiência estava prevista para hoje, mas ele alegou que, por ter viajado para a Índia, precisa cumprir quarentena obrigatória de 14 dias (*mais informações nesta página*). O presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), anunciou que o depoimento será remarcado

PARA ENTENDER

Custo da dose foi a R\$ 80,70

● **Preço inicial**
Telegrama sigiloso da embaixada brasileira em Nova Délhi de agosto do ano passado informava que o imunizante produzido pela Bharat Biotech tinha o preço estimado em 100 rúpias (US\$ 1,34 a dose).

● **‘Menos que uma garrafa de água’**
Em dezembro, outro comunicado diplomático dizia que o produto fabricado na Índia “custaria menos do que uma garrafa de água”.

● **Preço final**
Em fevereiro deste ano, o Ministério da Saúde pagou US\$



15 por unidade (R\$ 80,70, na cotação da época) – a mais cara das seis vacinas compradas até agora.

● **Precisa**
Diferentemente dos demais imunizantes, negociados diretamente com seus fabricantes no País ou no exterior, a compra da Covaxin pelo Brasil foi intermediada pela Precisa Medicamentos. A empresa virou alvo da CPI da Covid.

para a próxima semana.

Antecipação. Em nota, a Precisa afirmou que o preço da vacina Covaxin na Índia custa, atualmente, US\$ 2 para o governo federal por causa de uma antecipação de pagamento de 100 milhões de doses e pelo investimento no desenvolvimento do estudo clínico e do produto. Para os governos estaduais da Índia, no entanto, o valor da dose foi estipulado em US\$ 5,3. Já para os hospitais privados, US\$ 16.

“A empresa está à disposição dos senadores da CPI para prestar todos os esclarecimentos necessários”, diz trecho do comunicado da Precisa, destacando que a companhia desconhece qualquer investigação do MPF sobre o contrato firmado para a importação de vacinas. Segundo a Precisa, o preço cobrado pela Covaxin no mercado brasileiro foi o mesmo negociado com outros 13 países. “O valor da vacina é estabelecido pelo fabrican-

te, no caso a Bharat Biotech, isso é regra de mercado. A estrutura para produção da vacina vetorial viral é maior, e isso acaba refletindo no custo final”.

No despacho do último dia 16, o Ministério Público Federal cita o fato de cada dose da Covaxin ter sido comprada por US\$ 15, “preço superior ao da negociação de outras vacinas no mercado internacional”, como a da Pfizer. “Expirados os 70 dias de prazo para a execução escalonada do contrato, nenhum dos lotes de 4 milhões de doses fora entregue pela contratada Precisa porque a vacina em questão não havia obtido, pelo menos até 5 de junho de 2021, autorização emergencial da Anvisa para importação e/ou uso no Brasil”, observou a procuradora Luciana Oliveira.

A empresa já foi investigada pelo MPF, sob acusação de fraude na venda de testes para diagnóstico de coronavírus. O Ministério da Saúde informou que o assunto é “analisado pela con-

sultoria jurídica” e que não foi feito qualquer pagamento ao laboratório. A pasta observou que mantém diálogo “com todos os laboratórios que produzem vacinas covid-19 disponíveis no mercado”, mas só distribuiu aos Estados “imunizantes aprovados pela Anvisa, que avalia rigorosamente a documentação dos fabricantes”.

‘Apuração aprofundada’. Na prática, o acordo da Covaxin previa o fornecimento de 6 milhões de unidades já em março, condicionado a um aval da Anvisa, que só foi dado no último dia 4. Ainda assim, a autoridade sanitária impôs uma série de condições para que o governo distribua a vacina, como um plano de monitoramento de quem receber as doses. “A omissão de atitudes corretivas da execução do contrato somada ao histórico de irregularidades que pesa sobre os sócios da empresa Precisa e ao preço elevado pago pelas doses contratadas, em comparação com as demais, torna a situação carecedora de apuração aprofundada”, destacou a procuradora.

Na avaliação de Luciana Oliveira, a investigação também precisa ocorrer sob o aspecto criminal, “uma vez que, a princípio, não se justifica a temeridade do risco assumido pelo Ministério da Saúde com essa contratação, a não ser para atender a interesses divorciados do interesse público”.

A procuradora cita ainda no documento que a Precisa tem como sócia a empresa Global Saúde, que “há pouco mais de três anos entabulou contrato para venda de medicamentos ao Ministério da Saúde”. A Global é alvo de ação na Justiça Federal do DF por ter recebido R\$ 20 milhões da pasta para fornecer remédios que nunca foram entregues. O negócio foi feito em 2017, quando o ministério era chefiado pelo atual líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), do Centraão.

Empresário alega estar em quarentena para não depor

BRASÍLIA

Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos, informou ontem à CPI que não poderia prestar depoimento, que estava marcado para hoje, alegando que está em quarentena por cau-

sa de uma viagem à Índia. Segundo a defesa do empresário, ele desembarcou no Aeroporto de Guarulhos no último dia 15, o que o obrigaria a cumprir um isolamento obrigatório de 14 dias.

A data do depoimento de Maximiano já era conhecida desde

a semana passada, mas o ofício com o aviso de que ele não poderia comparecer foi enviado à CPI da Covid apenas ontem.

“A Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados determinou ao peticionário o cumprimento de quarentena obrigatória pelo prazo de 14 dias, o impossibilitando de se deslocar até Brasília para a sessão a ser realizada no próximo dia 23”, escreveu em comunicação ao presi-

dente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM) a defesa do empresário.

“Ante a ordem expressa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estes subscritores servem do presente para comunicar a impossibilidade de comparecimento do Sr. Francisco Maximiano à reunião designada para o próximo dia 23.06, em respeito às normas de segurança do País”, concluiu a defesa. / AMANDA PUPO, DANIEL WETERMAN e MATHEUS DE SOUZA

Na CPI, Terra distorce dados da pandemia

Deputado apontado como 'padrinho' do chamado 'gabinete paralelo' citou informações inverídicas e retiradas de contexto

ESTADÃO VERIFICA

Em depoimento à CPI da Covid, o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), apontado como "padrinho" do chamado "gabinete paralelo" do Ministério da Saúde, distorceu dados sobre a covid-19 na China e fez alegações falsas sobre a eficácia do isolamento social, segundo o *Estadão Verifica*.

Pandemia na China

O que Terra disse: que em fevereiro e em março de 2020, os "dados concretos" que existiam sobre a pandemia de covid-19 eram da China, que naquela época já tinha controlado o surto. Ele acrescentou que

isso fez com que se fizessem previsões otimistas, e citou o médico Drauzio Varella como exemplo. A informação é enganosa. Em 12 de março de 2020, a China declarou o fim do pico do surto do novo coronavírus, mas a situação em outros países era alarmante. Na ocasião, a Itália era a nação mais atingida na Europa, e chegou à máxima de 919 mortos no fim do mês. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a rápida expansão do coronavírus se configurava como pandemia. Naquela ocasião, o número de países atingidos pela doença havia triplicado. Mesmo que março tenha registrado queda nos casos de covid-19 na China, o país continuou a adotar medidas de restrição. O fim do isolamento em Wuhan, primeiro epicentro da pandemia, ocorreu no início de abril. Até o momento, são 4.846 mortes contabilizadas na China. O ex-minis-

tro omitiu fatos ao mencionar uma "previsão otimista" de Drauzio Varella. O médico disse, em janeiro de 2020 (e não em março), que a maioria das pessoas que pegassem a covid-19 teriam sintomas parecidos com os de uma "gripezinha". Naquela ocasião, a OMS ainda não havia declarado situação emergencial e as informações sobre o vírus eram limitadas. O que Osmar Terra não disse é que Drauzio mudou de opinião ao receber informações novas sobre a gravidade da crise, e que desde então alerta seu público sobre o risco.

Proteção das vacinas

O que Terra disse: "Um vírus vivo provoca mais anticorpos que

um vírus morto", argumentando que infecção natural gera mais anticorpos que a vacina. A informação é falsa. Segundo a infectologista Raquel Stucchi, da Universidade de Campinas, as evidências até o momento indicam que os anticorpos produzidos por uma infecção natural produzem menos defesas e anticorpos do que os imunizantes. "Tanto é que há indicação de vacinação mesmo para quem já teve o vírus", destacou a infectologista ao *Estadão*. O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) afirma que a vacinação é a maneira mais segura de gerar proteção. "Estudos mostraram que a imunização aumenta a proteção naqueles que já tiveram covid-19."

Eficácia do isolamento

O que Terra disse: "Quarentena não salvou nenhuma vida". A informação é falsa. Medidas de isolamento social são comprovadamente eficazes em controlar a pandemia. Isso porque o corona-

vírus se espalha principalmente de pessoa para pessoa por meio de acossóis e gotículas expelidas quando alguém fala, respira, tosse ou espirra.

STF barra ações

O que Terra disse: que o Supremo Tribunal Federal (STF) "limitou o poder do presidente de interferir" nas decisões relacionadas à pandemia. A informação é falsa. O STF não tirou o poder da Presidência nem transferiu a responsabilidade de combater à pandemia para Estados e municípios. O que o tribunal afirmou é que há competência concorrente em questões de saúde pública - ou seja, todos têm responsabilidade.

Tempo sem aulas

O que Terra disse: o Brasil é recordista mundial de tempo sem aula. O dado é exagerado. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) o Brasil é 16.º país que mais tempo ficou sem aulas no mundo. /ALESSANDRA MONNERA T. PEDRO PRATA, SAMUEL LIMA e VICTOR PINHEIRO

NA WEB

Estadão Verifica. Leia outras checagens do blog estadao.com.br/e/verifica

23/06/2021

Comércio exterior: Governo identifica mais de 10 emendas a texto de medida provisória para restabelecer a vigência de um 'preço de referência' para os itens importados que entram no País – mecanismo considerado ilegal pela OMC e que havia sido derrubado em janeiro

Com lobby da indústria, Câmara avalia retomar barreira a produtos importados

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Uma articulação na Câmara tenta aprovar a possibilidade de recriação de barreiras comerciais para a entrada de produtos estrangeiros no País. A iniciativa contraria a posição do Ministério da Economia, que conseguiu acabar com a prática em janeiro e editou uma medida provisória para que o chamado "preço de referência" fosse proibido. É essa MP que o Congresso quer usar para impor novamente esse modelo, que vigorou no País por mais de 70 anos e é considerado ilegal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O governo identificou mais de dez emendas ao texto da MP destinada a promover a melhoria do ambiente de negócio que invertem o teor original. Uma delas substituiu o "fica vedado" do texto por "fica autorizado" o "preço de referência". Críticos do mecanismo que define um preço mínimo para os produtos importados dizem que se trata de um atalho da indústria para conseguir barrar concorrentes de forma rápida. Já a indústria alega que esse mecanismo é para combater a prática desleal de comércio porque o produto importado chega muito barato no Brasil por ser subfaturado e por fraudes.

Sem previsão legal, o "preço de referência" começou a ser praticado nos anos 1950. A decisão para qual produto haveria esse tipo de barreira é política. Representantes da indústria apresentam para o governo suas queixas e tentam convencer o Ministério da Economia a impor a barreira. Entre os exemplos de produtos que já tiveram "preço de referência" para entrar no Brasil, estão cobertores, óculos, escovas para cabelo, pneus, camisas, tecidos, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos.

"É uma forma disfarçada de protecionismo", diz o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz. Ele chama atenção para o risco de abertura de um processo na OMC contra o Brasil. Em 1999, os EUA e a União Europeia abriram consulta na OMC argumentando que o mecanismo brasileiro para proteger a indústria nacional era desleal, desrespeitando acordos internacionais. Na fase de consultas prévias à abertura do painel da OMC, o Brasil recuou e deixou de aplicá-lo às importações provenientes dos EUA e da União Europeia. Mas passou a concentrar seu uso nas importações vindas da Ásia, o que foi mantido até janeiro deste ano.

O embasamento legal para o governo extinguir a prática foi o artigo da lei de liberdade econômica, que trata do abuso de poder econômico. Foi feito um acordo com a indústria para extinguir de forma faseada, em três meses, o que ocorreu entre novembro de 2020 e janeiro de 2021.

O relator da MP, Marco Bertaioli (PSD-SP), antecipou que vai retirar o artigo proibindo a prática no seu relatório. "Estão proibindo algo que não é permitido." Segundo ele, o acordo que está sendo construído é para excluir esse trecho para não comprometer toda a MP e a discussão deve ser feita adiante. "As indústrias brasileiras não querem que essa prática seja proibida", admitiu.

NOVO JAGUAR F-PACE A MELHOR DEFINIÇÃO DE INESQUECÍVEL.



NOVOS FARÓIS DOUBLE J PREMIUM LED COM ASSINATURA DRL

NOVAS LANTERNAS TRASEIRAS EM "CHICANE" COM LUZES DIRECIONAIS

NOVO SISTEMA DE INFOENTRETENIMENTO PIVI PRO COM TELA HD DE 11,4"

Por fora, mais aerodinâmico e contemporâneo: um exterior moldado pelos ideais britânicos. Por dentro, mais requintado e intuitivo: um interior totalmente renovado pelo princípio do luxo e acompanhado de novas tecnologias de última geração. Capaz de tornar cada viagem ainda mais única, o Novo Jaguar F-PACE chega agora ao Brasil para definir de vez o significado de inesquecível.

Entre em contato agora com uma de nossas concessionárias e garanta logo o seu.

jaguarbrasil.com.br



Governo é contra fixar índice para corrigir aluguéis

Projeto no Congresso quer trocar IGP-M, que já tem alta superior a 37% em 12 meses, pelo IPCA; Executivo fala em livre negociação

Idiana Tomazelli
Camila Turilli / BRASILIA

Um projeto que busca alterar o reajuste de aluguéis e evitar aumentos acima do poder de compra dos inquilinos está parado na Câmara dos Deputados. A proposta, apresentada pelo deputado Vinícius Carvalho (Republicanos-SP), fixa o índice oficial de inflação (IPCA) como teto para a correção, em substituição ao IGP-M, que acumula alta de 37% nos 12 meses até maio. A iniciativa esbarra no lobby de donos de shoppings e de instituições financeiras que administram fundos imobiliários. Segundo apuros o *Estadão/Broadcast*, o governo também é "absolutamente contra a medida".

Na defesa do projeto, Carvalho argumenta que os inquilinos "estão desesperados" com os índices de reajuste do aluguel. Embora a Lei do Inquilinato, de 1991, não defina qual índice deve ser a referência dos contratos, tradicionalmente é o usado o IGP-M, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O problema é que o IGP-M disparou na esteira do dólar e do preço das commodities. Sua variação é 60% determinada pelos preços no atacado, isto é, pelo aumento de custos observado pelos produtores. Apenas 30% são influenciados pelo índice de preços ao consumidor, e os 10% restantes vêm do índice da construção civil.

Já a inflação oficial, que mede o impacto da variação de preços no bolso das famílias brasileiras, registra variação bem menor. O IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumula alta de 8% em 12 meses até maio.

Com a disparada do IGP-M, alguns inquilinos têm conseguido negociar um reajuste mais compatível com a renda. Nem todos os proprietários têm se mostrado sensíveis aos pedidos. Daí a tentativa de colocar na lei um teto para a correção do aluguel, vinculado à inflação oficial. Um reajuste maior dependeria da anuência expressa do inquilino.

Na avaliação da área econômica, seria uma "tragédia" mudar o reajuste do aluguel por lei. Hoje, segundo essa fonte, o pro-

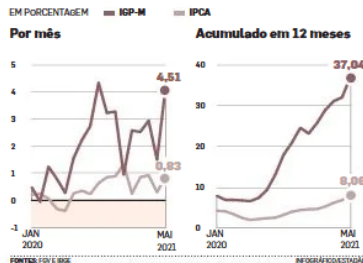
prietário só não aceitará renegociar caso acredite que conseguirá outro inquilino que adquira o valor reajustado.

A resistência do governo também fica evidente em manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que, diante da disparada do IGP-M, questionou a aplicação do índice nos contratos de aluguel. Segundo a AGU, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já tem jurisprudência no sentido da validade do IGP-M e pediu a improcedência do pedido.

A urgência do projeto chegou a ser aprovada pela Câmara, o que poderia levar a matéria a ser apreciada diretamente no plenário da Casa. Mesmo assim, o texto foi levado a Comissão de Constituição e Justiça. A medida recebeu um parecer contrário ao mérito do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP). O projeto acabou retirado da pauta após o parecer.

DOIS PESOS

Está em discussão a mudança de IGP-M para IPCA o índice de reajuste dos aluguéis reajuste a ser aplicado



O BR PARTNERS JÁ FAZ PARTE DO MERCADO FINANCEIRO E, AGORA, ESTÁ CHEGANDO NA B3, A BOLSA DO BRASIL.

#IPOnaB3

BR PARTNERS

Desde 2009, o BR Partners é um dos principais bancos independentes do Brasil. Com ampla experiência em assessoria financeira e investimentos, ele é a mais

Resistência. A área econômica do governo é contra a medida por entender que os alugueis são firmados em contratos privados, em negociação que não deve sofrer intervenção estatal. Segundo uma fonte do governo, a avaliação é que, com a aprovação de uma lei para fixar o IPCA como índice de correção do aluguel, haveria muita judicialização, grande parte dos contratos não seriam renovados, e o preço médio do aluguel em grandes cidades tenderia a subir. Além disso, segundo essa fonte, a imagem do Brasil seria prejudicada, especialmente frente a investidores estrangeiros que aplicam em fundos imobiliários (cujo rendimento pode ser atrelado a uma expectativa de reajustes nos valores de alugueis).

Em nota, a Associação Brasileira de Shopping Centers disse que defende "respeitar os contratos". A entidade acrescentou que o IGP-M é um "índice legal" para reajustes, cuja composição é de "perfeita ciência" de lojistas e shoppings.

• **Crítica**
"Embora legítimo, existe, sim, o movimento daqueles que são contrários ao projeto. Enquanto isso, há milhares de inquilinos sendo prejudicados."
Vinicius Carvalho
DEPUTADO (REPUBLICANOS-SP)



nova empresa a abrir capital na B3. Parabéns pelo IPO! Vamos, juntos, fortalecer ainda mais o mercado financeiro do Brasil.

Coloque o futuro da sua empresa em ação. Acesse: b3.com.br/ipo

BRBI
B3 LISTED N2

 BR PARTNERS

[B]³

Dólar fecha em R\$ 4,96, menor valor em um ano

Desde março, com aprovação do Orçamento e trajetória de alta da taxa de juros, moeda americana tem se desvalorizado ante o real

Fabrizio de Castro / BRASILIA

Após intervalo de pouco mais de um ano, o dólar voltou a fechar ontem abaixo dos R\$ 5 no mercado brasileiro. A moeda americana à vista encerrou o dia com queda de 1,13%, cotada aos R\$ 4,966. Esse é o menor patamar desde 10 de junho do ano passado, quando valia R\$ 4,935.

Desde maio deste ano, as cotações da moeda americana vêm cedendo no Brasil, em um movimento que de certo modo pode ser considerado tardio. As exportações de commodities (produtos básicos, como minério de ferro e alimentos) estão aquecidas desde o ano passado, na esteira da recuperação econômica pós-pandemia de países como China e Estados Unidos.

Avender mais commodities no exterior, o Brasil recebe

mais dólares, o que em tese deveria fazer o preço da moeda recuar. No entanto, o próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vinha alertando que os preços das commodities estavam subindo com a maior demanda, mas isso não vinha sendo acompanhado por uma melhora no câmbio de países produtores como o Brasil. O fenômeno também havia sido identificado em outros exporta-

dores de commodities como Chile e Colômbia.

No caso brasileiro, um dos motivos para que a moeda americana permanecesse em níveis próximos de R\$ 5,50 era a preocupação do mercado financeiro com a sustentabilidade das contas públicas. A visão era de que, caso o governo não conseguisse organizar seu Orçamento em meio aos gastos extraordinários da pandemia, a moeda americana não recuaria.

“No ano passado, as commodities entraram numa tendência de alta por volta de agosto. Mas tivemos uma dissonância muito grande no mercado de câmbio”, explica José Faria Júnior, diretor da Wagner Investimentos. “As dívidas em torno do Orçamento para 2021 e da continuidade do auxílio emergencial mantiveram o dólar em alta em boa parte deste ano.”

A aprovação do Orçamento

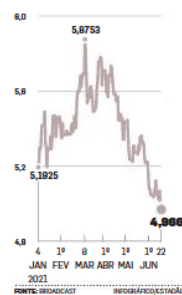
no fim de março reduziu a desconfiança do mercado, pelo menos por ora. Isso abriu espaço para o efeito das commodities ser sentido no preço do dólar.

Ao mesmo tempo, o Banco Central iniciou, em março, o processo de alta da Selic (a taxa básica de juros), para segurar a inflação. Desde então, a taxa saltou de 2% para 4,25% ao ano.

A mudança nos juros teve impacto no câmbio, na visão de alguns analistas. Cálculos do site Money e da Infinity Asset Management indicam que, com os aumentos recentes da Selic, o juro real (descontado a inflação) no Brasil já está no campo positivo, em 1,92% ao ano. No ano passado, em meio à crise provocada pela pandemia, a taxa real se manteve no território negativo por meses. Com juros reais positivos, o Brasil voltou a ser mais atrativo para o capital estrangeiro.

EM QUEDA

Dólar americano
EM REAIS



ESTOURO

MARCO HELLER/ESTADÃO

Com tantas empresas de tecnologia valendo mais de US\$ 1 bilhão, mercado debate se status ainda tem importância

Guilherme Guerra

Unicórnios não existem além da imaginação humana. Mas eles são bem reais no mundo das startups. Para uma empresa de tecnologia, tornar-se unicórnio significa superar a poderosa marca de US\$ 1 bilhão de avaliação de mercado. Por ser algo raro, é que a distinção é tão honrosa para investidores e empreendedores. Porém, em 2021, isso parece estar mudando com a expansão do clube. Diante do estouro global, surgem questionamentos se o status ainda serve para marcar as mais notáveis do mundo.

Segundo a consultoria CB Insights, em 2021 há um número recorde de startups que se tornaram unicórnio: foram 209 até 22 de junho. O número supera com folga as turmas de 2020 (120), de 2019 (123) e de 2018 (122). No mundo todo, já são 725. Mas quais são as razões para essa explosão de unicórnios pelo mundo?

Um deles é a alta adoção de tecnologia durante a pandemia de covid-19, que alavancou não só os gigantes do setor (Apple, Amazon, Microsoft, Google e Facebook), mas também as startups, que aproveitaram a onda para surfar com os grandes tubarões do mercado. Setores como finanças, comércio eletrônico e logística atingiram novo patamar durante o ano passado.

Além disso, a queda global dos juros básicos aumentou o apetite por risco, fazendo crescer a demanda por investimentos no único setor em alta na renda variável, o de tecnologia.

“Com tanta liquidez no mercado e menos empresas disponíveis para investir, a avaliação dessas startups sobe mais rapidamente”, diz Gustavo Araújo, presidente da empresa de inovação Distrito. “Existe empresa que talvez nem fosse unicórnio em um momento de taxa de juros mais equilibrada.”

Revisão. Apesar do cenário composto por fatores externos a aquilo que as startups fazem, o mercado não vê motivo para reverter status ou criar novas distinções – ao menos por enquanto.

“Esse é um marco para ser revisado só daqui a 20 ou 30 anos, quando completarmos a transição de uma economia analógica para uma totalmente digital. To-



Startups 'unicórnio' têm alta recorde em 2021

do mundo já vai ter virado unicórnio até lá”, afirma Araújo.

Cristiano Freitas, diretor financeiro da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), acredita que haverá a popularização de novos termos, como os ainda mais raros “decacórnios”, as startups avaliadas em mais de US\$ 10 bilhões (já são 33 em todo o mundo, segundo a CB Insights).

Para Diego Pérez, da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), é importante ter maneiras de identificar um grupo de empresas. Ele explica que a diferença do momento atual para anos anteriores é que se tornar unicórnio virou o início de uma jornada global. “Esse era o último estágio antes de abrir capital na Bolsa. Hoje, é o primeiro nível para se tornar uma empresa mundial. Continua sendo um marco, mas mudou o momento da jornada.”

DNA. A distinção é ainda mais importante no

mercado brasileiro, pois, apesar da explosão global, o clube de unicórnios nacionais é seleto. De 2016 até hoje, segundo a ABStartups, o Brasil gerou 16 companhias de mais de US\$ 1 bilhão – elas totalizam apenas 0,11% de todas as startups brasileiras.

O nome mais novo a se juntar publicamente ao grupo é a Hotmart. Discreta, a startup mineira demorou 13 meses para anunciar que superou a marca de US\$

1 bilhão, em fevereiro de 2020.

“Nunca foi nosso objetivo, mas é óbvio que isso é bom porque temos mais capital e a chance de investir no próprio produto”, explica o diretor global de negócios estratégicos da Hotmart, Alexandre Abramo. Desde então, a companhia diz ter como principal compromisso ajudar o ecossistema a inovar, realizando aportes individuais e até aquisições.

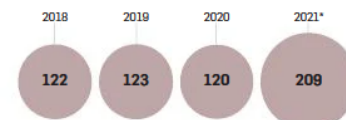
Pérez, da ABFintechs, aponta que existe um efeito cadeia ao se atingir o marco. Segundo ele, realizar aquisições é essencial para que o unicórnio continue se expandindo. Como efeito, isso permite ao criador da startup comprar um retorno antecipado do investimento e esse dinheiro acaba sendo usado para criar novas startups, aquecendo o mercado.

“Um unicórnio é uma entidade importante para o ecossistema. Ele é uma peça-chave para que os empreendedores continuem investindo”, diz Pérez.

POPULARIZAÇÃO DO CLUBE

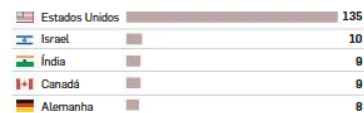
● Startups 'unicórnio' crescem após pandemia

Unicórnios por ano



Países que mais lançaram unicórnios em 2021

POR STARTUP



*ATE 22 DE JUNHO

FONTE: CB INSIGHTS

INFORMAÇÕES ESTADÃO

INSIGHT

“Com liquidez no mercado, existe empresa que, talvez, nem fosse unicórnio em um momento de taxa de juros mais equilibrada.”

Gustavo Araújo,
CEO da Distrito



Parlamentares participam de sessão da CPI da Covid no Senado nesta terça-feira (22) *Pedro Ladeira/Folhapress*

Procuradoria vê indícios de crime e risco temerário em compra da Covaxin

Investigação estava restrita à esfera cível; parte da apuração relacionada a contrato da Precisa Medicamentos foi desmembrada

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) desmembrou e transferiu a investigação sobre a compra da vacina indiana Covaxin ao identificar indícios de crime no contrato entre o Ministério da Saúde do governo Jair Bolsonaro e a Precisa Medicamentos. Antes, a apuração ocorria no curso de um inquérito civil público aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal. O inquérito se destina a averiguar a prática de improbidade administrativa. Com o surgimento de indícios de crime, a parte relacionada ao contrato para a compra da Covaxin foi para o 11º Ofício de Combate ao Crime e à Improbidade Administrativa. O envio dos documentos para a condução de uma investigação na esfera de combate à corrupção foi feito no último dia 16, em despacho assinado pela procuradora Luciana Loureiro, que conduziu o inquérito civil público. Na esfera cível, o principal foco da investigação é a distribuição de cloroquina — medicamento sem eficácia para Covid-19 — pelo governo Bolsonaro na pandemia. Após o avanço das investigações sobre o contrato com a Precisa, a Procuradoria elencou indícios de crime que pre-

cisam ser investigados.

Um dos elementos usados no inquérito foi o depoimento revelado pela Folha de um servidor do Ministério da Saúde que apontou pressão atípica da cúpula da pasta para liberar a importação da Covaxin. Um dos responsáveis pela pressão, segundo o depoimento, foi o tenente-coronel Alex Lial Marinho, que integra o principal grupo auxiliar do general Eduardo Pazuello em sua gestão na Saúde. Ele foi coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde e acabou detémido do cargo pelo atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no último dia 8. Segundo o despacho do MPF, não há justificativa, a princípio, para a "temeridade do risco" assumido pelo Ministério da Saúde com a contratação relacionada à Covaxin, "a não ser para atender a interesses divorciados do interesse público". "A omissão de atitudes corretivas à execução do contrato, somada ao histórico de irregularidades que pesa sobre os sócios da empresa Precisa e ao preço elevado pago pelas doses contratadas, em comparação com as demais, torna a situação carecedora de aprofundada, sob duplo aspecto, cível e criminal".

Luciana Loureiro, procuradora, em despacho que enviou investigação para área criminal.

"Expirados os 70 dias de prazo para a execução escalonada do contrato, nenhum dos lotes de 4 milhões de doses fora entregue pela contratada Precisa", cita o despacho do MPF. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) concedeu autorização para importação da vacina somente no último dia 4, e com restrições. A agência, em 31 de março, havia negado pedido de importação formulado pelo Ministério da Saúde, diante da falta de documentos básicos por parte da empresa. "Embora se trate a situação de nitida hipótese de descumprimento da avença, o Ministério da Saúde vem concedendo oportunidades à empresa de sanar as irregularidades perante a Anvisa, elastecendo os prazos de entrega da vacina, mesmo sabendo que é incerta a entrega das doses contratadas e, por enquanto, não autorizada sua distribuição em larga escala", afirmou a Procuradoria no DE. A finalidade prevista em contrato — distribuir doses contratadas em ampla escala, dentro do PNI (Programa Nacional de Imunizações) — não tem previsão para ser alcançada, conforme o MPF, "o que deveria reclamar do gestor público imediata ação corretiva". Outro ponto que justifica o aprofundamento das investigações na esfera criminal, segundo o Ministério Público Federal, é o histórico de atuação da Global Gestão em Saúde. A empresa tem como sócio o mesmo dono da Precisa Medicamentos, Francisco Emerson Maximiano. Em dezembro de 2018, o MPF moveu uma ação de improbidade administrativa contra o então ministro da Saúde, Ricardo Barros, e contra a Global por ter havido pagamentos antecipados de R\$ 25 milhões à empresa por medicamentos não entregues. "Houve prejuízos a centenas de pacientes dependentes de medicamentos de alto custo, e prejuízo de mais de R\$ 25 milhões ao erário, o que consta ainda não ressarcidos", afirmou Loureiro no despacho. "O fato desencadeou uma ação de improbidade administrativa em face do então ministro da Saúde e

Continuação da pág. A4

A Precisa diz que "jamais promoveu qualquer tipo de pressão e não contou com vantagens durante esse processo". Disse ainda que o contato com o servidor foi "de ordem técnica, para a confirmação de recebimento de documentação, seguindo o protocolo do ministério". O Ministério da Saúde afirmou, em nota, que respeita a autonomia da Anvisa e que não faz pressão para aprovação de vacinas. O deputado e ex-ministro Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro na Câmara, disse em nota que houve "inexecução contratual" em relação à Global. "Foram adotadas todas as providências pelo Ministério da Saúde para penalização da empresa e para ressarcimento ao erário. Não houve favorecimento ou qualquer ato de improbidade", afirmou. Na noite de sexta-feira (18), a Folha questionou o centro de comunicação social do Exército sobre a citação ao tenente-coronel Marinho, mas não houve resposta.

Principal fabricante de cloroquina diz que vendas subirão 30%

Mateus Vargas

BRASÍLIA A farmacêutica Aspen informou à CPI da Covid no Senado que vendeu 58,8 milhões de comprimidos de hidroxiquina em 2020, com volume 30% maior que o registrado no ano anterior. A empresa disse à comissão que já esperava uma alta de 10% na venda da droga. Indicada em bula para malária, artrite reumatoide e outras doenças, a hidroxiquina é ineficaz contra a Covid-19, mas se transformou em uma aposta do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no combate à pandemia. Principal fabricante do produto no Brasil, a farmacêutica recorreu ao governo federal para liberar a importação do IFA (insumo farmacêutico ativo) para produção de hidroxiquina. Em abril do ano passado, Bolsonaro citou nominalmente a Aspen e a farmacêutica EMS ao pedir para o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, destruir o embarque do ingrediente. Segundo a Aspen, havia risco de falta do medicamento para pacientes com doenças crônicas por causa da restrição das exportações do IFA. A empresa reconheceu que a procura pelo tratamento ineficaz passou a alta na venda da hidroxiquina. "Parte do crescimento em 2020 se deveu à ampla divulgação mundial dos supostos benefícios da hidroxiquina no tratamento da Covid-19, mesmo considerando a necessidade de reten-

ção de receita médica desde março/2020", disse a Aspen.

Além de estimular o uso da cloroquina e da hidroxiquina, o governo Bolsonaro abriu uma corrida para produção, compra e doação dos fármacos ao SUS. Sem demanda, milhões de comprimidos estão encalhados. Em documento enviado à CPI, o CFF (Conselho Federal de Farmácia) disse que a Covid-19 "deflagrou uma epidemia de uso irracional de medicamentos". "As vendas de alguns fármacos vinculados à prevenção ou cura da doença, mesmo sem a comprovação de que sejam eficazes para esse fim, chegaram a aumentar 857%", disse o órgão, citando dados do primeiro ano da crise compilados pela consultoria IQVIA. A Aspen disse que não capotou recursos do BNDES para produção da hidroxiquina e que não recomenda a droga contra a Covid-19. A farmacêutica recebeu R\$ 20 milhões do banco em 2020. Segundo a empresa, a comercialização do medicamento representou 10,1% do seu faturamento líquido. No total, a receita da empresa subiu 18,1% em 2020, após alta de 20,7% em 2019. "As vendas do medicamento Requinol (nome comercial do fármaco) apresentaram crescimento nos últimos cinco anos, de forma orgânica, devido ao maior acesso de pacientes crônicos ao produto com o diagnóstico das doenças previstas em bula", disse a Aspen, em nota enviada à Folha. A CPI pediu dados de produção e receita de empresas que têm aval no Brasil para venda de medicamentos do chamado "kit Covid", como hidroxiquina e ivermectina, além da quebra de sigilo de alguns dirigentes. Senadores querem entender a razão de o Itamaraty e o próprio Bolsonaro terem se empenhado para garantir o fornecimento das drogas. As farmacêuticas Cristália, Prati Donaduzzi, Super Farma, Aché, Sandoz e Farmoquímica enviaram os dados sob sigilo à CPI. Algumas empresas pediram mais prazo para a resposta. "Com o aumento da demanda, a produção foi ajustada para organizar o abastecimento do mercado e prover medicamento aos pacientes crônicos que fazem uso contínuo do medicamento", disse a Aspen, em nota. A farmacêutica EMS informou aos senadores, na última semana, que faturou R\$ 1,42 milhões com estes medicamentos em 2020, valor oito vezes superior ao registrado em 2019. Apenas a soma com a venda de ivermectina saltou de R\$ 2,2 milhões para R\$ 71,1 milhões. Com uma fatia menor do mercado, a Sanoofi disse à comissão que vendeu cerca de 150 mil caixas do mesmo medicamento, alta de 351,3%. Aspen e Sanoofi dizem que não venderam ao SUS o fármaco ineficaz contra Covid.

A Vitamedic disse à CPI que a venda de ivermectina pela empresa aumentou 1,230% em 2020, chegando a 75,8 milhões de caixas. Bolsonaro estimula reiteradamente o uso desses medicamentos contra a Covid. Após participar de uma manifestação de motos com apoiadores no último dia 12, em São Paulo, o presidente voltou a citar o medicamento e disse que "não faz mal nenhum" usá-lo. A hidroxiquina foi a droga mais estudada para tratamento de Covid-19 desde o início da pandemia, com 268 pesquisas científicas registradas em 55 países, mas sua eficácia não foi comprovada nem para tratamento de pacientes internados nem como medida profi-

Entenda a aquisição da vacina Covaxin

1º reunião (20.nov.20) É feita a primeira reunião técnica no Ministério da Saúde sobre a aquisição da vacina indiana produzida pela Bharat Biotech.

Carta ao 1º ministro (8.jan) O presidente Jair Bolsonaro envia carta ao primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e afirma que, no programa brasileiro de imunização, estão as vacinas da Bharat Biotech.

Ofício (18.jan) Ministério envia ofício a presidente da Precisa informando querer dar início a tratativas para aquisição da vacina.

Contrato assinado (25.fev) Contrato é assinado entre Ministério da Saúde e Precisa Medicamentos para a aquisição de 20 milhões de doses.

Pedido rejeitado (31.mar) Anvisa rejeita pedido de importação de doses formulado pelo ministério, por falta de documentos básicos por parte da empresa responsável. No mesmo dia, um servidor de área estratégica do Ministério da Saúde presta depoimento ao MPF em que relata pressão atípica para importação das doses, inclusive com ingerência de superiores junto à Anvisa.

Fim do prazo (6.mai) Acaba o prazo estipulado em contrato para a entrega dos 20 milhões de doses. Nenhuma chegou ao Brasil.

Pedido aprovado (4.jun) Anvisa aprova pedido de importação de doses, mas com restrições.

Indícios de crime (16.jun) MPF aponta indícios de crime no contrato e envia investigação para ofício que cuida do combate à corrupção.

R\$ 1,61 bi é o valor do contrato assinado pelo Ministério da Saúde pela aquisição de 20 milhões de doses da Covaxin.

Preço das vacinas contratadas no Brasil (por dose)

- Covaxin: R\$ 80,70
- Sputnik V: R\$ 69,36
- Coronavac: R\$ 58,20
- Pfizer: R\$ 56,30
- Janssen: R\$ 56,30
- AstraZeneca: R\$ 19,87

QUEM É QUEM
Precisa Medicamentos é a empresa que assinou o contrato com o Ministério da Saúde. Representa no Brasil a farmacêutica indiana Bharat Biotech.

Francisco Emerson Maximiano Sócio-administrador da Precisa Medicamentos. É o empresário que foi à Índia para viabilizar a representação da vacina Covaxin no Brasil. Também é presidente da Global Gestão em Saúde.

Global Gestão em Saúde A empresa foi acionada na Justiça pelo MPF por pagamentos antecipados e indevidos feitos pelo Ministério da Saúde. O valor soma R\$ 20 milhões.

Tenente-coronel do Exército Alex Lial Marinho Próximo a Pazuello, Marinho foi coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos para

Dono de empresa cita quarentena, e CPI prevê ouvi-lo na semana que vem

O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), confirmou durante sessão nesta terça (22) que o empresário Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos, não vai depor nesta quarta (23), como estava inicialmente previsto. Advogados dele enviaram documentação para comprovar que ele está em quarentena, por causa de uma viagem à Índia. Ele retornou no dia 15. Poderia ter nos comunicado antes, ai a gente teria alguém para estar presente", disse Aziz. "Então estaremos transferindo a

“É bem mais grave”, diz deputado sobre relatos de irmão

O irmão do servidor do Ministério da Saúde que depôs ao MPF (Ministério Público Federal) sobre a compra da vacina indiana Covaxin, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) disse que o caso é "bem mais grave" do que a pressão para fechar o contrato. Segundo o deputado, o seu irmão já havia relatado "pressão" e "indícios de irregularidade" em março. "Eu toqui para a frente a denúncia", disse. Ele se recusou a confirmar para qual autoridade levou o caso. "Se eu responder para você, cai a República", disse. "Tem coisa mais grave, bem mais grave [do que a

Na CPI, Osmar Terra admite erro em projeção da pandemia

Deputado é um dos integrantes do chamado gabinete paralelo do presidente

Raquel Lopes e Renato Machado

BRASÍLIA O deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) admitiu em depoimento à CPI da Covid no Senado que errou nas projeções sobre mortes e duração da pandemia do coronavírus e apresentou uma visão sobre a tese de imunidade de rebanho que contraria suas falas anteriores —sendo por isso confrontado pelos senadores.

Terra, aliado próximo de Jair Bolsonaro (sem partido) e apontado como integrante e "padrinho" do gabinete paralelo, negou que haja uma estrutura de aconselhamento do chefe do Executivo fora do Ministério da Saúde. E também disse que tem influência "zero" sobre o presidente.

O parlamentar prestou depoimento à comissão nesta terça-feira (22). Terra havia sido convocado pelos senadores da CPI, mas o requerimento foi transformado em convite —formato em que a presença não é obrigatória— após pedido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Os senadores da comissão exploraram principalmente as previsões erradas de Terra a respeito da pandemia de Covid-19 e sua defesa pública da imunidade de rebanho.

O parlamentar reconheceu que errou nas projeções, mas justificou-se argumentando que elaborou-as com base nos dados disponíveis na época e também nas informações de epidemias anteriores.

Terra afirmou em março de 2020 que o Brasil teria no máximo 2.000 mortes em decorrência da pandemia, mas o país já ultrapassou a marca de 500 mil vidas perdidas.

"A China teve um surto completo. Ela começou, subiu, desceu e terminou. Tem 4.000



O deputado Osmar Terra (MDB-RS) depõe na CPI da Covid no Senado. Pedro Ladeira/Folhapress

mortes na China até hoje. Era o surto que tinha na época para ser analisado: 4.000 mortes num país de 1,4 bilhão de habitantes nos levaram à ideia de que não seria uma coisa tão grave", disse Terra —a declaração foi considerada falsa pela Agência Lupa (veja abaixo). O parlamentar afirmou ainda que não chegou a prever o surgimento de novas cepas do vírus, o que levou ao erro nas projeções de mortos.

Terra afirmou que os estudos iniciais eram "apocalípticos" e que por isso muitos gestores passaram a defender o isolamento social. Ele atacou práticas como o lockdown, dizendo ser "fora da realidade" trancar as pessoas em casa por longos meses enquanto a vacina não era desenvolvida.

Ao atacar o isolamento, afir-

mo que essa medida não funciona e que uma prova disso seria a alta taxa de mortalidade nos asilos. "Eu quero chamar a atenção só para um dado aqui, que pra mim justificava: se isolamento funcionasse, não morria ninguém em asilo."

No entanto, especialistas alertam que a comparação não pode ser feita porque o fato de pessoas viverem em asilos não configura isolamento social. Esses moradores constituem uma comunidade na qual o vírus circula internamente, e funcionários e visitantes podem contribuir para infectar os internos. Além disso, trata-se de uma população extremamente vulnerável ao novo coronavírus.

Terra também repetiu o argumento equívoco de apoiadores de Bolsonaro de que o STF (Supremo Tribunal Fede-

“O presidente fala o que ele quer falar, ele fala do jeito que ele entende. Eu não tenho poder sobre o presidente de 'o senhor vai falar isso, vai falar aqui'. Isso não existe

Osmar Terra (MDB-RS) deputado federal, em depoimento à CPI da Covid

ral) retirou as atribuições do presidente sobre as decisões tomadas na pandemia. E assim jogou a responsabilidade para os governadores, com quem o presidente mantém relação conflituosa ao longo de toda a crise sanitária.

"Todos os governadores decidiram por fazer quarentena, lockdown, fique em casa, isolamento social. Então, essas 500 mil mortes não estão acontecendo em outro país em que o presidente podia decidir tudo", disse Terra.

O deputado relativizou declarações anteriores e disse que "nunca falou de imunidade de rebanho" como uma tese e que apenas constatou que essa imunização coletiva se dá ao fim das epidemias. O relator, Renan Calheiros (MDB-AL), apresentou um vídeo no qual Terra aparece defendendo a tese como forma de combater a pandemia. O deputado agora afirmou que essa imunidade coletiva é "consequência", é "como terminam todas as pandemias" e que isso é atingido em parte pela vacinação.

Ele disse ainda ser um defensor das vacinas e que elas foram a grande revolução da saúde, mas que as imunizações nunca foram desenvolvidas a tempo em pandemias.

O presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), rebateu algumas falas do depoente, em especial quando declarou que a política infectou a ciência para se referir a ataques às medidas defendidas por Bolsonaro.

"Quem primeiro começou a falar de teses que não deram resultado positivo não foi nenhum de nós aqui [na CPI da Covid]", disse Aziz. "A política não infectou a ciência. Alguns políticos, como Vossa Excelência, sim, infectaram a ciência."

Apontado como um dos integrantes do gabinete paralelo, o deputado afirmou que tem influência zero sobre Bolsonaro. "Influência, eu diria que zero. Eu conversei mais com o [ex-ministro Eduardo] Pazuello", afirmou, ao ser questionado por Renan.

Terra evitou dar detalhes sobre suas conversas com o presidente da República a respeito da pandemia do novo coronavírus. Disse apenas que

conversava sobre muitos assuntos com Bolsonaro.

"Sei lá. Eu, uma vez por mês, uma vez a cada 15 dias em alguns momentos [me encontro com Bolsonaro]. São encontros esporádicos que um deputado pode ter e tem a obrigação de ter", afirmou.

"O presidente fala o que ele quer falar, ele fala do jeito que ele entende. Eu não tenho poder sobre o presidente de 'o senhor vai falar isso, vai falar aqui'. Isso não existe. Se eu tivesse esse poder, eu era o presidente, e ele era deputado. Não tem cabimento uma coisa dessas, querer imputar um poder sobrenatural para as pessoas. Ele ouve todo mundo, como todo mundo."

Terra também disse que não existe um gabinete paralelo, afirmando que se trata de uma ficção. Ele alegou que Bolsonaro escuta todas as pessoas, mas que isso não significa uma estrutura fixa de aconselhamento paralelo ao presidente. Também afirmou que sempre defendeu as vacinas nesses encontros.

"Essa relação que tenho com o presidente é de amizade, assim como ele tem com muitos outros deputados. Quando, de vez em quando, o presidente me pergunta alguma coisa, eu falo."

Terra afirmou ainda que não tem contato com os possíveis membros desse gabinete, como a médica Nise Yamaguchi, o médico Luciano Azevedo e o virologista Paulo Zanotto, tendo encontrado com eles de forma esporádica.

Aziz afirmou que a comissão vai ouvir nesta sexta-feira (23) o servidor do Ministério da Saúde Luiz Ricardo Fernandes Miranda e o seu irmão, o deputado federal Luiz Miranda (DEM-DF).

Reportagem da Folha mostrou que o servidor apontou ao Ministério Público uma pressão "atípica" para liberar a importação da Covaxin.

O depoimento inicialmente previsto para sexta com os especialistas Pedro Hallal e Jurema Werneck será antecipado para quinta (24). Neste dia, seria ouvido Filipe Martins, assessor de assuntos internacionais da Presidência da República, mas os senadores optaram por adiar a oitiva.

Oposição marca novo ato contra Bolsonaro para o dia 24 de julho

Organizações querem aumentar pressão sobre Arthur Lira (PP-AL) pela abertura de processo de impeachment

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Movimentos sociais e organizações de esquerda marcaram para 24 de julho, sábado, um novo ato contra o presidente Jair Bolsonaro, depois de levarem milhares de pessoas às ruas em protestos no dia 29 de maio e no último dia 19.

A decisão saiu de uma reunião nesta terça (22) entre líderes da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, fórum de entidades que fizeram os atos anteriores. A bandeira do impeachment será refor-

ca troncha. O impeachment é político", afirmou Lira.

Líderes dos protestos querem endossar o superpedido de impeachment que está sendo preparado por partidos de esquerda e ex-aliados do presidente. O documento deverá apontar mais de 20 tipos de crime contra a lei de responsabilidade.

Os protestos do fim de semana tiveram maior adesão em relação aos de maio. A quantidade de organizações que endossam a iniciativa e o número de cidades com atividades também cresceram.

ativamente na articulação, continuam envolvidas.

O Cidadania, que se considera de centro, declarou apoio. O presidente do partido, Roberto Freire, esteve no protesto em Brasília e defendeu a ampliação ideológica dos atos, sob a justificativa de que só uma coalizão terá força para derrubar Bolsonaro.

Siglas como PSB, PDT e Rede adotaram posição mais cautelosa —dizendo que não estimulam a formação de aglomerações—, mas sem proibir a presença de seus quadros; núcleos e seções

çada, com pressão para que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pautar um dos pedidos.

As ações de rua são vistas com cautela por parte dos organizadores em meio à pandemia. O tema foi debatido na reunião desta terça, mas a avaliação geral é a de que foi possível manter a obediência às regras sanitárias nos dois atos anteriores, principalmente o uso de máscara.

Na última semana, houve média de cerca de 2.000 mortos por dia pelo coronavírus. A média diária de novos casos está em torno de 70 mil, o que torna o atual momento um dos piores da pandemia.

As críticas pelo incentivo a aglomerações são rebatidas pelos responsáveis com o argumento de que a ida às ruas se tornou inevitável diante dos problemas do governo e do descaso com a pandemia.

Outra justificativa é a de que os atos se diferenciam dos de bolsonaristas, em que muitos participantes desrespeitam as regras de proteção e distanciamento.

Além da saída do presidente, as principais pautas da manifestação serão mantidas: o pedido de mais vacinas contra a Covid-19 e de auxílio emergencial de R\$ 600. A manifestação no sábado coincidiu com a marca de 500 mil mortos pela doença no país.

Lira disse, em entrevista ao jornal O Globo publicada nesta terça, que a cifra de mortos, por si só, não é motivo suficiente para pautar o impeachment e que falta "circunstância política" para desengavetar um dos 121 pedidos apresentados na Câmara.

Ele indicou que a abertura do processo desorganizaria o país e que Bolsonaro tem base popular para se contrapor à ameaça de deposição.

"O impeachment é feito com circunstâncias, com uma política fiscal desorganizada, uma política econômi-

Segundo o fórum de organizadores, houve no sábado 427 atos em 366 cidades do Brasil, incluindo as 27 capitais, e em 42 cidades do exterior em 17 países, com um público total de 750 mil pessoas.

A Campanha Fora Bolsonaro agrupa frentes como Povo sem Medo, Brasil Popular e Coalizão Negra por Direitos, que reúnem centenas de entidades, entre elas MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), UNE (União Nacional dos Estudantes), CMP (Central de Movimentos Populares) e Uneafro Brasil.

Partidos de esquerda também integram a campanha. O PT, que apoiou com mais afinco na véspera o ato anterior, decidiu entrar para valer na mobilização de maio.

PSOL, PC do B, PCB, UP, PCO e PSTU, que já estavam

regionais desses partidos se juntaram às manifestações.

Partidos de oposição a Bolsonaro mais à direita ignoraram o tema ou deixaram a decisão a critério dos filiados.

Para parte dos organizadores, a mobilização anti-Bolsonaro tem vias para se expandir, seja pela crescente indignação com ações negacionistas do presidente ou pelo esperado aumento do percentual de vacinados.

Mas, principalmente, a avaliação é a de que a mobilização só deixará de representar apenas um desgaste para Bolsonaro e se tornará pressão efetiva sobre Lira se houver apoio de forças de centro e de direita que fazem oposição ao presidente. A adesão, por ora, esbarra em entraves.

Na reunião desta terça, os organizadores defenderam uma agenda continuada e expandida de atos contra Bolsonaro, com o objetivo de difundir a mobilização entre a população mais pobre e atrair setores mais populares aos próximos atos de rua.

Em nota, a campanha disse incentivar "outras atividades, como paralisações de categorias do mundo do trabalho,

ações nas periferias e grandes centros, além de iniciativas para aumentar a capilaridade em um número maior de cidades organizadas".

João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), disse ao Painel que a ideia é conversar com partidos que preparam um novo pedido de impeachment unificado e com centrais sindicais.

A reação de Bolsonaro e de seus apoiadores, assim como no protesto anterior, foi a de minimizar a dimensão da mobilização e, desta vez, de apontar episódios de violência para deslegitimá-la. A estratégia é converter as manifestações "fora, Bolsonaro" em atos "pró-Lula".

Se Congresso aprovar voto impresso, Guedes vai ter que arranjar verba, diz presidente

Jair Bolsonaro disse nesta terça (22) que o ministro da Economia terá que arrumar dinheiro para a implementação do voto impresso em 2022, caso a proposta de emenda à Constituição que está na Câmara seja aprovada. "A democracia não tem preço. Sempre me falaram isso. Então, tenho certeza, pela primeira vez vou falar que o Paulo Guedes vai cumprir uma ordem minha. Se passar, você vai arranjar o recurso para que o voto auditável seja uma realidade em 2022. Tá ok, PG?", disse, em ato de lançamento de nova edição do Plano Safra. A estimativa do TSE é que a implementação do voto impresso custaria R\$ 2 bilhões.

Reforma abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos

Consultor diz que afrouxamento de regra cria margem para indicações políticas; relator afirma que mudará texto

Bernardo Caram e Danielle Brant

BRASÍLIA A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham mais de 1 milhão de postos para livre nomeação —ao menos 207 mil a mais do que hoje.

O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), se posicionou nesta terça (22) contra o afrouxamento da norma e disse que pretende mudar o texto do governo para manter a regra vigente hoje.

“Essa questão que está sendo colocada na proposta de trazer para os cargos de chefia a condição de livre nomeação, eu me associo a todos aqueles que entendem que esse ponto deve ser modificado”, disse. “Não há razão para favorecer o aumento da intromissão indevida da política na administração pública.”

A proposta enviada pelo governo retira da Constituição a norma que reserva a servidores efetivos a nomeação para funções de confiança e estabelece que cargos em comissão serão preenchidos por servidores em percentuais mínimos definidos em lei —hoje, o patamar é de ao menos 50%.

O texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) se limita a dizer que esses postos “serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas”, sem menção à necessidade de ocupação por servidores.

Na prática, a proposta propõe a eliminação das restrições constitucionais e permite a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança, sem limites, por pessoas que não têm vínculo com a administração pública.

Levantamento do consultor

de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral mostra que o total de cargos e funções desse tipo existentes hoje pode ultrapassar 1 milhão. São 175 mil na União, ao menos 180 mil nos estados e pelo menos 559 mil nos municípios.

A soma desses postos totaliza 915 mil, mas os dados dos governos regionais não incluem os números das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o que levaria o total a mais de 1 milhão. Desse montante, ao menos 207 mil são hoje ocupados por servidores efetivos.

Segundo dados de 2019 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os governos municipal, estadual e federal reúnem 10,9 milhões de vínculos, entre servidores e postos comissionados.

A nota afirma que, após eventual aprovação da reforma, os servidores ocupantes desses postos poderão ser gradativamente substituídos por pessoas em vinculação com a administração pública.

“Tanto a doutrina jurídica quanto estudos econômicos associam a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo com a ocorrência de corrupção. A PEC, ao ampliar as possibilidades de ocupação desses cargos e das funções de confiança por pessoas sem vínculo, tende, portanto, a fomentar a prática da corrupção na administração pública brasileira”, diz o documento.

O Ministério da Economia informou que a PEC não fala



É o trem da alegria das indicações políticas

Kim Katagiri (DEM-SP) membro da comissão especial que debate a PEC da reforma administrativa na Câmara

em indicações políticas em nenhum momento. Segundo a pasta, o texto prevê que mesmo para os cargos de liderança e assessoramento deverão existir critérios mínimos de acesso e que a ocupação observará regras comuns a todos os entes.

A nota do ministério diz ainda que essas normas serão definidas por lei, a ser aprovada pelo Congresso, que poderá prever critérios mais rígidos do que os atuais.

Nos bastidores, técnicos da pasta que participaram da elaboração da proposta afirmam que a ideia não é afrouxar as regras. Um membro do ministério reconhece que o resultado dependerá do que os parlamentares aprovarem ao fim do processo.

O consultor do Senado vê com preocupação esse plano, que pode deixar um vácuo jurídico sobre o tema.

“Tudo depende de quando essa lei será aprovada. A reforma administrativa de 1998 também previu leis complementares que até hoje não existem. Essa regra pode ficar simplesmente em aberto por tempo indeterminado. Enquanto perdurar essa situação, o governo terá total liberdade para realizar essas nomeações”, afirmou.

Um exemplo similar foi a inclusão na Constituição em 1998 da regra que permite a demissão de servidores públicos por desempenho insatisfatório. Para ser colocada em prática, a medida depende de regulamentação pelos congressistas por meio de uma lei complementar.

Mais de 20 anos depois, a lei nunca foi aprovada pelo Legislativo e o governo não pode fazer demissões de servidores por esse mecanismo, apesar da previsão na Constituição.

O presidente da Fonatec (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que a flexibilização para nomeações é um dos mecanismos mais perigosos da PEC. Para ele, o governo é contraditório ao fazer discursos sobre mérito-



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de lançamento do Plano Safra 2021/22 (leia texto na pág. A18) Pedro Ladeira/Folhapress

Postos de confiança podem ultrapassar 1 milhão nas três esferas de governo

Como é hoje

Em milhares	União	Estados e DF	Municípios
Total	174,9	Ao menos 180,7	Ao menos 559,6
Executivo	90,2	Ao menos 108,4	Ao menos 559,6
Legislativo	19,3	Indefinido	Indefinido
Judiciário	65,4	72,3	-

Total geral

Ao menos 915,3

Desse total, 207,3 mil são ocupados exclusivamente por servidores

Como ficaria

• Eventual aprovação da PEC permitiria livre nomeação para todos os postos

• Pessoas sem ligação com a administração pública poderiam ser indicadas a pelo menos 915,3 mil cargos e funções, 207,3 mil a mais do que hoje

• O total deve ultrapassar 1 milhão ao serem incluídos dados dos legislativos regionais

As mudanças na Constituição

Variações nas regras para o exercício de cargos de confiança

Como era antes de 1998

Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei

Como ficou a partir de 1998

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

Como o governo quer

Os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas

Fonte: Nota Técnica 69/2021, Consultoria de Orçamentos do Senado

cracia enquanto propõe uma mudança que permite colocar aliados políticos dentro da máquina pública.

“Não tem sentido o governo dizer que vai mudar agora a Constituição para depois encaminhar um projeto de lei. Não precisaria ter mexido nisso se não quisesse promover um aparelhamento sem limite.”

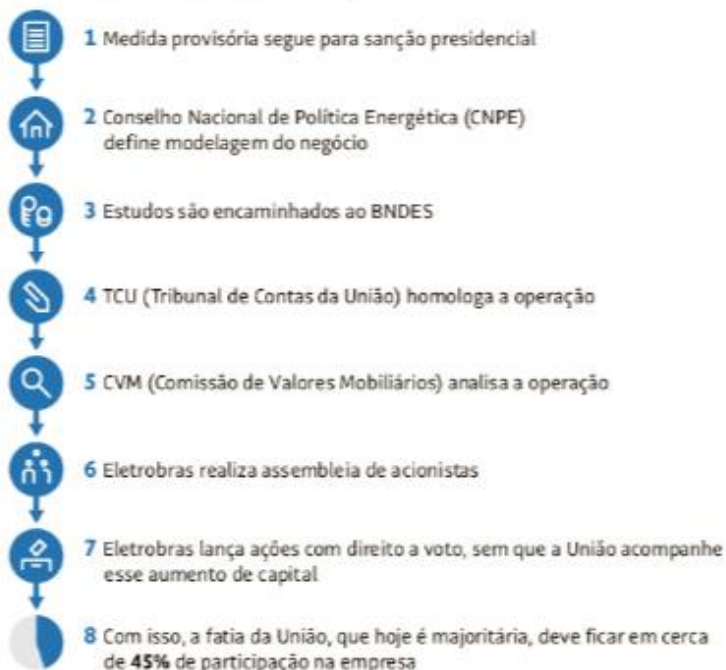
O deputado Kim Katagiri (DEM-SP), membro da comissão especial que debate a PEC na Câmara, afirma que dispensar servidores concursados para adotar cargos comissionados em funções técnicas “é uma imoralidade”.

“Uma coisa é cargo comissionado para função de chefia, onde o indicado orienta as políticas públicas escolhidas pela população na urna. Outra coisa é dar brecha para que toda a administração pública torne-se um cabidão de empregos”, disse. “É o trem da alegria das indicações políticas.”

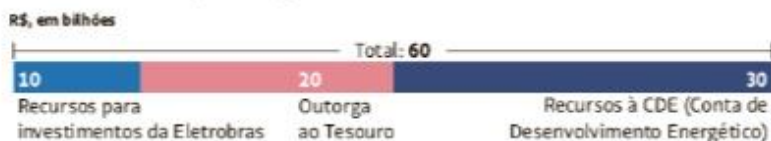
Em 1998, então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu aprovar uma reforma administrativa para modernizar a estrutura do Estado. Entre as mudanças, foram incluídas na Constituição restrições ao uso dessas vagas de livre nomeação. Por isso, atualmente apenas servidores públicos efetivos, aqueles que passaram por concursos públicos, podem assumir funções de confiança na administração pública. Em troca de um adicional no salário, eles recebem mais responsabilidades.

Para os cargos comissionados, a regra é dividir proporcionalmente as posições entre funcionários de carreira e indicações fora do serviço público. Esses postos têm atribuições semelhantes às funções de confiança, ou seja, geralmente envolvem o comando de uma equipe.

Próximos passos para privatização da Eletrobras



Valor estimado na privatização



Fonte: Ministério da Economia

disponibilizar mais infraestrutura e logística e, eventualmente, aumentar a própria geração de energia.

O esforço extra foi debatido nesta terça-feira em um encontro entre o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, e o presidente da petroleira, Joaquim Silva e Luna, na capital federal.

Com Reuters

Dinheiro da Eletrobras pode ser usado para amortizar reajustes

Julio Wiziack e Thiago Resende

BRASÍLIA Com a aprovação da capitalização da Eletrobras pelo Congresso, o governo avalia antecipar o uso de R\$ 30 bilhões que virão da venda das ações da estatal ao mercado para amortizar o reajuste tarifário do próximo ano, que deverá ser muito acima do esperado devido ao acionamento de termelétricas.

Os recursos estão previstos na MP da privatização da estatal aprovada pelo Congresso

Governo fará racionamento de energia para evitar apagão, afirma Lira

Após conversa com ministro de Minas e Energia, presidente da Câmara diz que haverá 'período educativo'; pasta nega racionamento

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça-feira (22) que o Brasil terá que passar por um "período educativo" de racionamento de energia para evitar uma "crise maior".

Segundo Lira, o diagnóstico foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em uma reunião na semana passada.

"O ministro Bento esteve comigo fazendo uma análise do cenário, garantindo que não vamos ter nenhum tipo de apagão, mas vamos ter que ter um período educativo aí de algum racionamento para não ter nenhum tipo de crise maior", afirmou Arthur Lira.

Em 2001, penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, o país sofreu uma série de apagões e teve de passar por um forte racionamento. Quem não economizava luz, dentro de uma cota por consumidor, pagava mais caro pela conta no fim do mês.

De acordo com o presidente da Câmara, o governo já está em tratativas com o STF (Supremo Tribunal Federal) para evitar a judicialização de uma medida provisória que está sendo gestada pelo governo.

"Ele esteve na residência oficial na semana passada, mas muito em passant, nada com texto ainda, mas com perspectivas de que estavam tratando de alguma medida para isso, negociando inclusive dentro do Supremo [Tribunal Fe-

veu. "Será feito o incentivo ao uso eficiente da energia pelos consumidores de maneira voluntária."

Diante da fala de Lira, o Ministério de Minas e Energia reafirmou, por meio de sua assessoria, posicionamento em que nega a possibilidade de racionamento.

A pasta disse que o ministro defendeu, na conversa com o presidente da Câmara, a necessidade de uma medida provisória que centralize a gestão de usinas para acelerar decisões de enfrentamento da crise hídrica. Essa medida é fundamental, segundo o ministério, para evitar medidas mais drásticas, como o racionamento.

O governo trabalha no texto de uma medida provisória que dá poderes para um comitê interministerial interferir na gestão de hidrelétricas e cria as bases para um eventual racionamento de energia.

Com a pior seca dos últimos 91 anos e os reservatórios nos níveis mais baixos das últimas décadas, o MME (Ministério das Minas e Energia) prepara esta MP para pavimentar o caminho de medidas emergenciais que podem ser necessárias para um cenário de agravamento da crise hidrológica ainda no segundo semestre deste ano.

Entre as ações está um possível "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica".

Albuquerque e Lira tiveram um encontro em 15 de junho.



CONTA DE LUZ PODERÁ TER AUMENTO DE ATÉ 20% EM JULHO

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deverá aprovar, na próxima semana, um reajuste das bandeiras tarifárias, um valor adicional que encaixa as contas de luz sempre que o custo de geração da energia sofre alta. A tendência, segundo técnicos que participam das discussões com o governo, é que o conselho diretor da agência aprove um aumento que varia de 40% a 60% das bandeiras — o que acarretará um aumento entre 15% e 20% na conta de luz. Os números ainda estão sendo fechados pelos técnicos da agência e devem vigorar a par-

na segunda-feira (21), mas só devem entrar no caixa do Tesouro daqui a três anos.

Por isso, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou à Folha que está avaliando uma operação que prevê a antecipação desses créditos para que possam ser usados no abatimento das tarifas a partir de 2022. O Tesouro destinaria o dinheiro imediatamente para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e seria ressarcido posteriormente.

O ministro disse ainda que os R\$ 30 bilhões previstos à CDE ao longo da concessão terão ainda um reforço de 75% do excedente de Itaipu ao longo dos próximos dez anos, que equivalem a R\$ 12,3 bilhões.

"Juntos, esses recursos propiciarão uma redução na tarifa de 1,1%", afirmou.

Segundo ele, mesmo se o governo não fizer a antecipação dos R\$ 30 bilhões neste momento, o consumidor perceberá futuramente redução tarifária quando esse dinheiro for destinado à CDE.

Movimentos similares foram feitos em governos passados. Em 2014, o Tesouro repassou recursos às distribuidoras para compensar preços elevados da energia. No ano seguinte, houve empréstimos viabilizados por um consórcio de bancos tendo a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) como intermediária.

O governo prevê que a venda de suas ações da Eletrobras ocorra em fevereiro. O valor dos papéis ainda será definido porque depende da modelagem dessa transação a ser realizada pelo BNDES nos próximos meses.

Estima-se que o negócio vá ser de ao menos R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões destinados à CDE, R\$ 20 bilhões de outorga ao Tesouro e R\$ 10 bilhões para investimentos da Eletrobras. Na avaliação do Ministério da Economia, o total pode chegar a R\$ 100 bilhões.

Vencida essa etapa, o conselho de administração da Eletrobras terá de aprovar a modelagem. Somente após esse procedimento, o negócio poderá ser efetivado. A ideia é que a companhia lance ações com direito a voto (ordinárias) no mercado, diminuindo para cerca de 45% a fatia que a União tem hoje na elétrica.

deral] para ter segurança jurídica sobre qualquer medida que pudesse vir a anunciar”, disse Lira aos jornalistas, após participar de um evento no Palácio do Planalto ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Mais tarde, em uma rede social, Lira voltou a abordar o assunto. “Falei há pouco com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que esclareceu que a medida provisória não irá trazer nenhum comando relativo ao racionamento de energia”, escre-

Eles debateram a possibilidade de racionamento de energia e encarecimento da conta de luz no país.

Também nesta terça, o presidente da Petrobras, Joaquim Luna e Silva, disse que alocará equipes técnicas para buscar formas de contribuir mais para a garantia do abastecimento elétrico do Brasil.

Dentre as medidas em estudo, a petroleira poderá aumentar a oferta de gás natural, para atender o acionamento maior de térmicas, além de

tir de julho. A expectativa é que permaneçam nesse patamar até o final do ano

A lei também permite que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

Embora não seja um processo tão longo, o governo quer antecipar esses recursos que serão destinados ao abatimento das tarifas por meio da CDE, processo que só começaria três anos após a capitalização. Essa medida evitará um reajuste tarifário muito elevado em 2022, às vésperas da campanha pela reeleição.

Dólar fecha abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em um ano

Moeda recua a R\$ 4,97 com expectativa de BC elevar mais a taxa de juros

Júlia Moura

SÃO PAULO Depois de pouco mais de um ano, o dólar voltou a encerrar o pregão abaixo de R\$ 5. A moeda americana terminou as negociações desta terça-feira (22) cotada a R\$ 4,9660, queda de 1,11%, segundo dados da CMA.

A última vez em que o dólar esteve abaixo de R\$ 5 foi em 10 de junho de 2020, quando estava a R\$ 4,935.

A desvalorização da divisa dos Estados Unidos é fruto de juros mais altos no Brasil. Em meio à escalada persistente da inflação, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central considerou elevar ainda mais a taxa básica de juros na reunião da quarta (16), mas decidiu manter o ritmo e anunciou alta de 0,75 ponto percentual (leia ao lado).

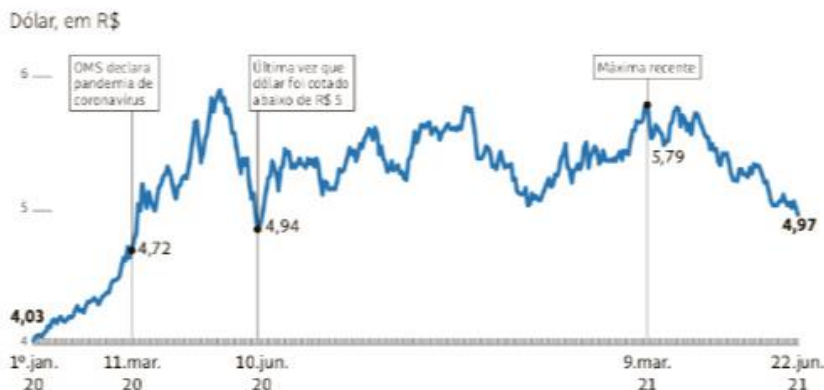
Na ocasião, a Selic foi a 4,25% ao ano, conforme sinalizado em maio. Segundo a pesquisa Focus do BC, o mercado espera que a taxa termine 2021 a 6,50%, mesmo patamar da Selic antes do governo de Jair Bolsonaro.

Dentre emergentes, o real foi a terceira moeda que mais se valorizou nesta sessão, atrás apenas da lira turca e do florim húngaro.

Juros mais altos no Brasil tendem a beneficiar o real por estratégias de carry trade. Elas consistem na tomada de empréstimos em moeda de país de juro baixo (como o dólar) e compra de contratos futuros da divisa de juro maior (como o real). O investidor, assim, ganha com a diferença de taxas.

"A ata divulgada deixou ainda mais claro o compromisso do Copom em frear a inflação e elevou a expectativa por um ritmo mais acelerado de au-

Após um ano, dólar volta a fechar abaixo de R\$ 5



Fonte: CMA

Maiores crash da história está chegando, diz autor do best-seller 'Pai Rico, Pai Pobre'

O escritor e empresário Robert Kiyosaki, autor do best-seller "Pai Rico, Pai Pobre" (1997), afirmou em suas redes sociais que uma bolha financeira mundial está crescendo e, por isso, está comprando mais ouro e prata — investimentos considerados mais seguros por especialistas. Kiyosaki disse ainda que está aguardando o valor do bitcoin cair para US\$ 24 mil para comprar, defendendo que momentos de crise são ótimos para enriquecer, mas que é preciso tomar cuidado. "A maior bolha da história mundial está ficando maior. O maior crash da história mundial está chegando. [Estou] comprando mais ouro e prata. Esperando o bitcoin cair para US\$ 24 mil. Crashes

ainda neste ano.

O Banco Fibra ainda fala em uma "janela de oportunidade" para o real entre junho e agosto, após a qual o dólar ficaria em R\$ 5,30 ao fim do ano.

O Société Générale também parece pouco convicto de que a queda do dólar continuará. Estrategistas do banco francês entraram com posição comprada em dólar quando a moeda tocou R\$ 5,06 e miram os R\$ 5,70.

Com as perspectivas de uma Selic mais alta a curto prazo, os juros futuros subirão. Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O juro para abril de 2022 subiu de 6,16% para 6,34%.

"O aumento dos juros aumenta a valorização da moeda e estimula a entrada os investidores estrangeiros. Uma coisa que também pode ter um impacto no câmbio é a entrada forte dos investi-

un todo no exterior após declarações do presidente do Fed (banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, de que a inflação nos EUA seria transitória.

"Você tem um banco central que está comprometido com a estabilidade de preços e definiu o que é estabilidade de preços e está fortemente preparado para usar suas ferramentas para nos manter em torno de 2% de inflação", disse Powell em audiência no Congresso, sinalizando que não espera uma inflação como a que o país viveu na década de 1970.

Com isso, ele amenizou temores de que o Fed possa em breve reduzir estímulos e acalmou investidores ainda sob impacto da sinalização de alta de juros em 2023, um ano antes do previsto até então.

A fala da autoridade impulsionou as ações em Nova York. O índice de tecnologia Nasdaq subiu 0,79% e renovou sua pontuação recorde. O S&P 500 teve alta de 0,55% e o Dow Jones, de 0,20%.

mento da Selic, com as instituições financeiras revisando as expectativas para final de 2021 para 6,5% ao ano, lembrando que essa projeção estava para 2022", diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Com o tom do texto do Copom, o Credit Suisse elevou a um ponto percentual a expectativa de alta dos juros em agosto, ante 0,75 ponto do cenário anterior. O banco agora vê Selic de 7,25% ao fim de 2021 e de 2022.

O Bank of America também elevou a estimativa para 7%, de 6,50%, e o Banco Fibra aumentou de 6% para 6,5%, mas vislumbrando risco de o BC conduzir a Selic a patamar contracionista

são o melhor momento para ficar rico. Tome cuidado", disse em post publicado em seu perfil no Twitter. Nesta terça (22), a criptomoeda fechou a US\$ 32,9 mil. Kiyosaki vendeu milhões de livros sobre educação financeira nos anos 1990. Assim como os influenciadores financeiros que fazem sucesso nas redes sociais, o escritor afirma em seu site que começou sua carreira nas finanças pessoais com o propósito de popularizar a educação sobre finanças.

dores estrangeiros na Bolsa", diz Alexandre Brito, sócio da Finacap Investimentos.

Até 18 de junho, o mês tem uma entrada líquida de R\$ 13,9 bilhões de recursos estrangeiros na Bolsa. No ano, são R\$ 49 bilhões de aporte.

Outro ponto que contribui para um dólar menos elevado é a forte recuperação das economias de Estados Unidos e China e os preços das commodities estão em alta, beneficiando países exportadores, como o Brasil. Fora que a atividade econômica local tem se mostrado melhor que o esperado, com o mercado esperando um PIB maior neste ano.

Nesta terça, a sessão foi de fraqueza para o dólar como

No Brasil, o Ibovespa não conseguiu acompanhar o viés positivo, pressionado pela queda de ações de bancos. O índice cedeu 0,38%, a 128.767,45 pontos.

O bitcoin, por sua vez, teve um pregão volátil. A moeda digital chegou a ser negociada abaixo de US\$ 30 mil, em uma queda de mais de 10%, pela primeira vez em quase cinco meses, pressionada pela nova campanha do governo da China contra criptomoedas.

A moeda, porém, inverteu a tendência de queda e encerrou o pregão em leve alta de 0,98%, a US\$ 32.903,52, segundo dados da Bloomberg. Na véspera, o bitcoin caiu 9%.

Com Reuters

23/06/2021

Vacina da Janssen chega ao Brasil com proteção de até 88% para casos graves

Imunizante de dose única teve o prazo de validade ampliado para 4,5 meses pela Anvisa

Ana Bottalão

SÃO PAULO Nesta terça (22), o Brasil recebeu as primeiras doses da vacina da Janssen, após obter aval para a liberação de 3 milhões de doses pelo governo dos EUA. O primeiro lote entregue equivale a 1,5 milhão de doses — a vacina funciona em dose única.

Conhecida pelos produtores farmacológicos de higiene, a Johnson & Johnson, por meio do braço farmacêutico Janssen, surpreendeu e saiu à frente de fabricantes de vacinas renomadas, como a Sanofi Pasteur e GSK, no ano passado.

De origem belga-americana, a Janssen produziu a vacina de vetor viral não replicante em uma parceria com o Centro Médico Beth Israel Deaconess, um dos mais renomados centros hospitalares de estudo, ligado à Escola de Medicina de Harvard.

Chegará aos braços dos brasileiros uma vacina cuja eficácia global, calculada a partir de ensaio clínico de fase 3 conduzido simultaneamente em oito países, incluindo o Brasil, foi de 66% — uma taxa considerada excelente para uma vacina de apenas uma dose.

Ela oferece ainda proteção de 82% contra casos graves 14 dias após a aplicação e de até 88% com 28 dias ou mais.

Abaixo, algumas informações sobre a Janssen, seu mecanismo de ação e possíveis efeitos colaterais.

Como funciona a vacina? A vacina, chamada de Ad26.Cov2.S — abreviação para adenovírus 26 Sars-Cov2 proteína S —, é produzida a partir do adenovírus 26 (vírus de resfriado comum) modificado. Os cientistas inseriram no material genético do adenovírus a sequência responsável por codificar a proteína S (a espícula do vírus utilizada para entrar na célula do hospedeiro). O adenovírus também é modificado para não se replicar. Dentro do organismo, o adenovírus modificado entra nas células humanas e libera o seu material genético no núcleo celular. Ali, o código genético é lido e transformado em RNA mensageiro, que vai então ser transcrito para produzir a proteína S. A célula então passa a exibir uma estrutura igual à proteína S na membrana celular. O sistema imune reconhece essas partes



Primeiro lote com 1,5 milhão de doses da vacina da Janssen chega ao aeroporto de Guarulhos. Marcelo Queiroga no Twitter

do vírus como um potencial invasor e começa a produzir anticorpos específicos e células de defesa. Ao entrar em contato com o vírus verdadeiro, o organismo já estará preparado para combater o patógeno.

Quão eficaz é a vacina? A vacina da Janssen tem eficácia global de 66% contra casos sintomáticos de Covid 28 dias após a imunização (66 casos nos indivíduos vacinados contra 193 no grupo placebo). Os dados foram publicados em artigo na revista científica *The New England Journal of Medicine (NEJM)*, uma das mais importantes da área médica. O estudo avaliou mais de 44 mil participantes em oito países: África do Sul, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, EUA, México e Peru. Separadamente, a eficácia da vacina nos países latino-americanos foi igual: de 66% nos EUA, é de 74,4% e na África do Sul, ela é de 64% contra casos moderados a graves de Covid. Em relação à proteção contra hospitalização, apresentou uma eficácia 28 dias após a aplicação de 86% nos Estados Unidos, 88% no Brasil e 82% no subgrupo sul-africano. Não houve eficácia calculada de proteção contra mortes

porque o número foi muito baixo. Na África do Sul, onde houve 16 óbitos — nenhum no grupo vacinado —, a eficácia foi estimada em 100%.

A vacina é segura? Nos estudos de fase 3, apresentou a menor taxa de efeitos adversos em comparação aos outros imunizantes testados, e 48,6% dos participantes reportaram efeitos leves, como dor no local da aplicação. O segundo efeito colateral mais frequente foi dor de cabeça (38,9%), e apenas 0,4% relataram eventos adversos graves, com necessidade de hospitalização. Outras vacinas em uso no Brasil apresentaram nos ensaios clínicos maior frequência de efeitos colaterais, a maioria de leve a moderado. No caso da Coronavac, 71% dos participantes do estudo feito no país reportaram efeitos leves após a vacina. A vacina da Pfizer teve como principais efeitos dor após a injeção (71% para primeira dose e 78% após a segunda dose), fadiga (59%) e dor de cabeça (52%). Já nos estudos da Oxford/AstraZeneca, relataram efeitos colaterais 88% dos participantes com idade entre 18 e 55 anos, 73% daqueles com 56 a 69

anos e 61% dos participantes com mais de 70 anos. Em abril, a FDA (agência regulatória americana de medicamentos e vacinas) pediu a suspensão do uso da vacina no país após a detecção de seis casos de coágulos associados à trombocitopenia (baixa contagem de plaquetas) possivelmente ligados ao imunizante. Os casos foram identificados após a aplicação de quase sete milhões de doses nos EUA, indicando incidência de 1 para um milhão de vacinados. Na fase de ensaio clínico, foram identificados 11 casos de eventos tromboembólicos no grupo dos vacinados e três nos participantes que receberam placebo, mas os pesquisadores afirmaram que os pacientes tinham histórico de trombose e outras comorbidades. Após a análise e monitoramento dos casos, o CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) e a FDA deram aval para a retomada do uso da Janssen. Até o momento, não foi identificada uma possível causa ligada à vacina para os eventos tromboembólicos reportados.

O que se sabe sobre o uso da vacina em idosos? O estudo incluiu 14.672 participantes

(ou um terço do total) com 60 anos ou mais de idade. Em relação à hospitalização, a eficácia da vacina foi de 82% após 28 dias de imunização. O nível de segurança da vacina também foi elevado, com 36% reportando efeitos colaterais, sendo o mais comum dor no local de injeção. Apenas 0,4% relataram efeitos adversos de grau 3 ou mais no local da injeção e 1,1% apresentaram efeitos adversos sistêmicos, como dor de cabeça, fadiga e mialgia. Dados de imunogenicidade (capacidade de induzir resposta imune) do estudo de fase 2 apontam que a vacina induz uma boa produção de anticorpos nos indivíduos com 65 anos ou mais, com 100% deles apresentando anticorpos 29 dias após a imunização.

Por quanto tempo após receber a vacina estou protegido? A vacina da Janssen possui uma boa taxa de proteção nos primeiros 14 dias após a vacinação, de 66,9% contra casos moderados a 77% contra casos graves de Covid. Já nos 28 dias seguidos após a imunização, a vacina confere proteção de 66% contra casos moderados, 85,4% contra casos graves e 100% contra hospitalização. A incidência de novos casos

de Covid também apresentou queda nos 14 dias após a vacinação, indicando proteção precoce da vacina. A incidência de novos casos continuou a apresentar queda no grupo de vacinados até o 84º dia após a vacinação, o que indica uma boa duração da resposta imune. Em geral, os casos de Covid no grupo de vacinados foram leves e com sintomas menos graves em comparação ao grupo placebo, indicando também que a vacina confere proteção contra o desenvolvimento da doença. De acordo com dados das fases 1 e 2 de estudo, em que se avaliou a segurança e a imunogenicidade do imunizante, 98% dos participantes apresentaram anticorpos 29 dias após a vacinação.

A vacina protege contra as novas variantes? A vacina da Janssen foi testada na África do Sul no momento em que uma nova variante, a B.1.351 (também chamada de Beta) surgiu no país e conseguiu proteger contra casos graves e hospitalização, embora a proteção para casos sintomáticos tenha sido ligeiramente menor em comparação aos outros países (52% contra 66%). Os pesquisadores sequenciaram as amostras dos casos positivos de Covid identificados durante o ensaio clínico e viram que mais de 94% deles eram pela variante Beta. A eficácia da vacina foi de 64% para casos moderados e de 82% para casos graves 28 dias após a imunização. Já no Brasil, a variante dominante na época do estudo era a P.2, e foi reportando efeitos colaterais, sendo o mais comum dor no local de injeção. Apenas 0,4% relataram efeitos adversos de grau 3 ou mais no local da injeção e 1,1% apresentaram efeitos adversos sistêmicos, como dor de cabeça, fadiga e mialgia. Dados de imunogenicidade (capacidade de induzir resposta imune) do estudo de fase 2 apontam que a vacina induz uma boa produção de anticorpos nos indivíduos com 65 anos ou mais, com 100% deles apresentando anticorpos 29 dias após a imunização.

Que países aprovaram a vacina da Janssen? A vacina da Janssen já recebeu autorização para uso em 52 países, incluindo EUA, Canadá, Reino Unido e membros da União Europeia. No Brasil, a Anvisa concedeu autorização para uso emergencial da vacina em março. Apesar da autorização, o CDC sugeriu que mulheres com menos de 50 anos fiquem atentas para o surgimento de coágulos associados à baixa contagem de plaquetas após a vacinação. A medida não é restritiva e não há nenhuma condicionante para o uso do imunizante no país. A OMS também aprovou a vacina da Janssen, o que abre caminho para que muitos países recebam o imunizante via Covax Facility. Até o último domingo (20), a Janssen estava em uso em 27 países, segundo o site Our World in Data.

GRÁFICOS

VEÍCULOS

